

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIANA DEPIERI AMORIM

**O “gaúcho” de Caldre e Fião: A Divina Pastora e a formação da nação.**

PORTO ALEGRE  
2011

MARIANA DEPIERI AMORIM

**O “gaúcho” de Caldre e Fião: A Divina Pastora e a formação da nação.**

Trabalho de Conclusão de Curso como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado ao Departamento de História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli

PORTO ALEGRE

2011

MARIANA DEPIERI AMORIM

**O “gaúcho” de Caldre e Fião: A Divina Pastora e a formação da nação.**

Trabalho de Conclusão de Curso como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado ao Departamento de História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli

Aprovado em: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli  
Departamento de História - UFRGS

---

Prof. Dr. Alessandro Kerber  
Departamento de História - UFRGS

---

Prof. Dr. Marçal Paredes  
Departamento de História - UFRGS

PORTO ALEGRE  
2011

*Agradeço as minhas queridas irmãs pelo auxílio na produção deste trabalho, e em especial a minha amada mãe, que sem seu apoio não teria chegado ao fim desta etapa.*

## RESUMO

Este trabalho versará sobre a formação do gaúcho na literatura do século XIX, mais precisamente o seu antecessor apresentado na obra *A Divina Pastora* de José Antonio do Vale Caldre e Fião, de 1847. Tentando responder qual a imagem que o autor dá ao rio-grandense – que mais tarde vai ser chamado de gaúcho por José de Alencar – quero trazer a origem da transformação do ser social habitante do Rio Grande do Sul em um ser cultural que sintetiza uma cultura regional, no plano da narrativa literária. Isto inserido na temática de “invenção das nações”, partindo da concepção de Benedict Anderson que considera o nacionalismo como artefato cultural. Utilizo, para o uso da Literatura como fonte histórica os conceitos de “representação” e “imaginário” apresentados por Sandra Pesavento e Carla Renata Gomes, com, também, o de “estranhamento” – de Carlo Ginzburg – encaixado como o olhar “correto” necessário para a análise da produção literária.

**Palavras-chave:** Gaúcho. *A Divina Pastora*. Formação de nação. Identidade. Representação.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA</b> .....	<b>10</b>
	2.1 Uma fonte privilegiada: como representação .....	10
	2.2 O uso da Literatura pela História: como imaginário social .....	17
<b>3</b>	<b>A FORMATAÇÃO DA NAÇÃO E DE UMA IDENTIDADE</b> .....	<b>22</b>
	3.1 <i>Invenção</i> da nação .....	22
	3.2 Construção literária da nação .....	28
<b>4</b>	<b>A <i>DIVINA PASTORA</i></b> .....	<b>36</b>
	4.1 Breve comentário sobre Caldre e Fião .....	37
	4.2 Análise da Obra .....	38
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da análise da obra *A Divina Pastora*, de José Antonio do Vale Caldre e Fião, pretendo identificar um aspecto do imaginário moderno a respeito do gaúcho, no século XIX. Os “tipos” brasileiros era um dos temas mais retratados na literatura da época, utilizando-a como um mecanismo de manipulação sócio-cultural para difundir uma identidade e uma memória construída sobre a ideologia do nacionalismo que tentava “inventar” uma nação, inserindo na mentalidade dos indivíduos um passado glorioso que justificasse a situação do país e legitimasse sua classe dominante. Obtendo, pois, no romance histórico a sua maior expressão na difusão desse passado. Frente ao quadro social e cultural, é possível traçar um paralelo com a literatura produzida, pois consiste em um meio de sua representação. Aproximar Literatura e História surge como uma forma válida de compreender e elucidar uma maneira de pensar, mas é preciso cuidar para não priorizar o que está sendo dito (história narrada) mas sim o que se quer dizer, uma vez que a apropriação do texto literário como fonte não deve perder de vista a relação texto-contexto. Assim sendo, o meu problema de pesquisa está centrado na primeira imagem feita do gaúcho na literatura brasileira, tentando contextualizá-la com o período de formação dos Estados Nacionais.

Cada vez mais a literatura ganha campo como fonte de pesquisa histórica, trazendo amplas possibilidades de análises sobre as mentalidades e o cotidiano do nosso passado. O uso do texto literário como fonte neste trabalho, justifica-se porque o gaúcho constitui uma construção cultural e, para compreender a cultura de um determinado período, é preciso analisar suas expressões. A obra *A Divina Pastora* segue como uma representação da sociedade da época em que foi escrita, e Caldre e Fião como um dos mais importantes escritores regionalistas – apesar de, muitas vezes, sua colaboração na construção da imagem do gaúcho ser negligenciada frente ao peso de José de Alencar e Apolinário Porto Alegre. A escolha desta fonte primária está centrada na sua importância no quadro literário do Brasil e, mais ainda, do Rio Grande do Sul por tratar-se do segundo romance brasileiro e do primeiro rio-grandense. É onde, pois, inicia a temática do gaúcho – que na verdade aparece sempre como o Rio-Grandense, nunca com a denominação de gaúcho - e da sociedade porto-alegrense sob o formato de romance histórico, que mistura ficção e realidade – produzindo um ambiente verossímil.

O trabalho adquire relevância por utilizar uma obra pouco estudada, pois esteve perdida por anos tendo sido (re)encontrada apenas em 1992. E apresenta o diferencial de focar na figura que o autor mostra como o Rio-Grandense e sua contribuição na invenção de um mito, sem realizar uma análise comparativa e, portanto, possibilitando uma análise aprofundada.

A pesquisa sobre a temática do gaúcho, já bastante estudada, apresenta importância por ajudar a compreender a representação da cultura regional sulina e um aspecto da construção da nação rio-grandense. *A Divina Pastora* torna-se um instrumento eficaz de estudo por ser uma obra que sobreviveu ao tempo – com muita dificuldade – trazendo o início desse processo, uma vez que o historiador precisa de vestígios que cheguem ao seu tempo para construir o passado.

Assim, centralizo a discussão do tema na tese de mestrado da Carla Renata Antunes de Souza Gomes<sup>1</sup> e alguns trabalhos da Sandra Jatahy Pesavento – principalmente o livro *História e História Cultural* – sobre a construção da identidade do rio-grandense, e acrescento Benedict Anderson para a discussão da formação das nações como um artefato cultural, portanto, construído historicamente. Os conceitos utilizados de “representação” e de “imaginário” são trabalhados através do enfoque dado por Pesavento e Gomes, com a inclusão de algumas considerações de Carlo Ginzburg sobre o primeiro e seu entendimento de “estranhamento” como o olhar que se deve ter no estudo do mundo social. Isto colocado sob a contextualização de formação das nações, em que volto para Benedict Anderson e, novamente, para Pesavento. A abordagem que aplicarei consiste em uma revisão bibliográfica destes autores e um apontamento de trechos considerados esclarecedores da visão de Caldre e Fião sobre o caráter do seu “gaúcho”.

Então, o trajeto elaborado através dos capítulos do Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em História segue a seguinte ordem: o primeiro capítulo traz uma reflexão sobre o uso da Literatura pela História, mostrando-a como uma fonte privilegiada, e colocando os conceitos de “representação”, “imaginário” e “estranhamento” nesta perspectiva; já o segundo capítulo, versa sobre a construção de uma nação, apresentando o caso do Rio Grande do Sul e a atuação da Literatura neste processo; por fim, encerro o desenvolvimento com a análise da obra *A Divina Pastora* mostrando como era este “gaúcho”, que trata da primeira captura do “tipo social” do sul do país pelo romance.

---

<sup>1</sup> Trabalho que originou o tema da minha pesquisa, funcionando como um guia neste processo.

## 2 A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA

Os discursos literários, que acompanharam a construção da civilização, mesclavam diversos assuntos, mais precisamente, não definiam a separação dos temas. Ou seja, história, literatura, filosofia e outras ciências – que na sociedade contemporânea aparecem tão separadas, que hoje se fala em interdisciplinaridade – constituíam um corpo narrativo único. Aos poucos foi ocorrendo uma divisão entre as ciências resultando nas exatas e nas humanas, contudo, História e Literatura continuaram sem uma fronteira bem definida. Com o pensamento iluminista inaugurou-se a racionalização da história (RAMOS, 2003, p. 2) e, aos poucos, a formulação da história como ciência, ocorrendo um desprezo da literatura pela história, e o estudo da cultura de uma época para a construção do conhecimento histórico foi deixada em segundo plano.

A História Cultural aparece no século XX como mais uma corrente que resgata a importância da análise cultural para a elaboração do passado, não reduzindo o entendimento de um período apenas aos fatores econômicos e políticos, trazendo a expressão cultural de uma sociedade como uma rica fonte de conhecimento sobre ela, pois, conforme Sandra Pesavento, são “os sentimentos e razões que conferem sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 186). Com isso, percebe-se que os pensamentos do homem que produzem significados sobre o material que, em verdade, não existem na sua concretude, sendo eles racionais e/ou emocionais. E, portanto, se a História pretende conhecer o passado do homem e o seu mundo, a cultura faz parte desta realidade, mostrando todo o valor simbólico que o ser humano empresta ao mundo material, construindo sentidos e valores próprios de cada grupo social fixado em um lugar e uma época, que se torna tão real quanto a matéria, procurando sempre verificar as relações entre a História, enquanto escrita, e a Literatura, enquanto depoimento sobre a sociedade, uma vez que “a literatura discorre sobre ações, comportamentos e valores verdadeiros do ser humano em um contexto do não acontecido” (PESAVENTO, 2008, p. 187).

Toda a importância do uso da Literatura como fonte para a construção do conhecimento histórico sobre um período, e as possibilidades de sua empregabilidade, pode ser resumida com a seguinte afirmativa de Pesavento:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que

guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário.(PESAVENTO, 2005, p. 82).

## **2.1 Uma fonte privilegiada: como representação**

A Literatura consiste em uma fonte privilegiada para o estudo dos sentimentos e do pensamento de uma época, prova disso é a divisão que existe nos momentos de produção escrita ao longo da história com as chamadas escolas ou movimentos literários, que sintetizam a predominância de uma forma de produção estética e intelectual, produzindo e sendo produto da cultura de um grupo social. O historiador deve pensar a literatura de ficção como uma forma de acesso ao mundo social, que possibilita recriar o passado, pois, conforme Pesavento “o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele” (PESAVENTO, 2005, p. 42). Sendo assim, o pesquisador, na busca da realidade passada, necessita de vestígios que cheguem até sua época, e a Literatura apresenta-se como um sobrevivente “remanescente de uma época escoada” (GOMES, 2006, p.12).

Em acordo com Pesavento, Gomes pensa a Literatura da seguinte forma:

(...) a Literatura se estabelece como via de conhecimento do passado, justamente por proporcionar à História um depoimento indireto e sensível sobre os anseios e os sentimentos das pessoas de um determinado tempo, assim como por preservar e revelar uma maneira possível de falar e de agir destes indivíduos de antanho (GOMES, 2006, p. 16).

Usá-la como fonte significa retirar do texto o que está nas entrelinhas, ou seja, buscar a “realidade existente além do texto” (GOMES, 2006, p.12), não se prender ao que está sendo dito, mas sim como está sendo dito (e até mesmo o que não está, já que o silêncio também é revelador) e por quem, colocando a obra em análise sob o seu contexto histórico no momento da sua produção. Aliás, este é um cuidado que o historiador cultural deve ter no manuseio da narrativa ficcional: deve-se analisar o texto de acordo com a época e o lugar em que foi

escrita, pois, muitas vezes, o momento de produção e de recepção podem não coincidir, podendo até mesmo apresentar um lapso de muitos anos<sup>2</sup>.

Portanto, ao ser utilizada pela história como acesso ao tempo do passado, a literatura pode dizer de outra forma e dizer *além*, ou seja, revelar coisas que outras fontes não dizem. Por exemplo, ela pode ser sintoma do clima intelectual de uma época, das razões e dos sentimentos que o autor resgatou na realidade de seu tempo e transmitiu, de forma estetizada, pelas páginas literárias.

Nesse sentido, a literatura é fonte de si mesma, ou seja, do momento da escritura e não do tempo contido na narrativa. Assim, um romance histórico nos diz sobre a compreensão do passado na época de sua feitura, e não da temporalidade onde se passa a trama romanesca. (PESAVENTO, 2008, p. 187)

Dessa forma, o autor representa o elo entre a cultura de sua época e seu texto narrativo, pois, sendo um sujeito histórico, deixa transparecer na escrita aspectos da sociedade de seu tempo, seja inconscientemente ou não, através da linguagem e dos sentimentos ou até apresentando intencionalidade como a crítica à situação político-econômica. Se a História é feita pelo homem, a Literatura consiste em um vestígio do passado por apresentar a sociedade através do olhar de uma pessoa que está inserida em um grupo social, que por sua vez está em um período histórico. Como se pode perceber com estas palavras:

(...) a Literatura é fonte de si mesma. Ela não fala de coisas ocorridas, não traz nenhuma verdade do acontecido, seus personagens não existiram, nem mesmo os fatos narrados tiveram existência real. A Literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época.(PESAVENTO, 2005, p. 83).

O objetivo é buscar nas palavras traços culturais para compreender esse indivíduo e, então, alcançar a sua sociedade. Deve-se atentar à linguagem usada, ao estilo estético e à temática escolhida, pois isso diz muito sobre as discussões em voga do período, a linha de pensamento, as preocupações, os temores e as ambições. O romance dá a ler o passado na época da sua feitura (PESAVENTO, 2008, p.187), e não do tempo onde se passa a narrativa,

---

<sup>2</sup> Salvo se o objetivo da pesquisa seja o estudo da recepção da obra pelos leitores, o que neste trabalho não será verificado.

isto é, se o texto tem seu enredo na Idade Média, mas é escrito no século XX, remete à compreensão do período contemporâneo. Assim, a Literatura surge como um testemunho sobre o momento histórico, não cabendo na definição de falso já que o pensamento e o sentimento fazem parte da realidade humana. A capacidade de interpretação da narrativa ficcional é a arma utilizada pelo pesquisador, conforme afirma Sandra Pesavento:

É preciso não tomar o mundo – ou suas representações, no caso – na sua literalidade, como se elas fossem o reflexo ou cópia mimética do real. Ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é a regra da ação desse *historiador detetive*, que deve exercitar o seu olhar para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos.(PESAVENTO, 2005, p. 64).

E continua ao dizer: “Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário, eis o segredo de um método do qual a História se vale, para atingir os sentidos partilhados pelos homens de um outro tempo”.(Pesavento, 2005, p. 65).

Contudo, também faz necessário evitar anacronismos e interpolações (GOMES, 2006, pg. 12), isto é, com a atitude de leitor-historiador não se pode cometer o erro cronológico de ler a narrativa literária com olhos – e visão de mundo – atuais, deslocando os significados de seu período específico e adicionando sentidos inexistentes no momento da escrita. O autor não pode, jamais, ser encarado como igual ao historiador – quando se estuda uma história distante do presente –, ambos são frutos de uma construção social histórica, sendo assim, a forma como enxergam e entendem o mundo, por apresentar distanciamento no tempo, aparecem distintas, com novos valores morais e novas idéias, com significados dos símbolos alterados. Assim como, na escrita da História, cuidar para não ocorrer generalizações que resultam no encobrimento das diferenças, tornando as pessoas de uma época e um lugar em um grupo coeso e homogêneo, eliminando conflitos e distanciamentos, que não só surgem da separação no tempo, mas também na percepção da realidade de acordo com a situação socioeconômica. Tanto a Literatura quanto a História constituem num produto de um período e de uma região específicos, saturados de intenções e de contingência (GOMES, 2006, p. 27).

O olhar que se deve ter sobre a fonte é de *estranhamento*<sup>3</sup>, ou seja, analisá-las como que “vistas pela primeira vez”.

---

<sup>3</sup> Discutido por Ginzburg no capítulo *Estranhamento: pré-história de um procedimento literário*.

A auto-educação moral requer, antes de mais nada, que se anulem as representações erradas, os postulados tipos como óbvios, os reconhecimentos que nossos hábitos perceptivos tornaram gastos e repetitivos. Para ver as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma adivinha. (GINZBURG, 2001, p. 22).

O historiador tem que se portar como uma criança, na fase dos infinitos porquês, não entendendo nada como óbvio, despreendendo-se da automatização que ocorre com o hábito, no qual tudo se torna uma prática inconsciente, apagando os sentidos por traz das representações das práticas sociais. O estranhamento retira das coisas a sua legitimidade, transforma a sociedade numa série de gestos absurdos, sem sentido (GINZBURG, 2001, p. 32). Sendo assim, o olhar sobre a sociedade e suas expressões deve ser distante, isto é, para compreender o seu real sentido e significado precisa afastar-se do objeto, agir como um estrangeiro que não conhece nada: “Parece-me que o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: a de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)”.(GINZBURG, 2001, p. 41).

Logo, a História e a Literatura são representações com objetivos distintos, são diferentes formas de dizer o mundo que têm a realidade como referência, seja ao confirmar, ao negar, ao ultrapassar ou ao deformar (PESAVENTO, 2005, p.80). O homem, na construção da sociedade, cria representações sobre o mundo expressas em toda sua cultura (normas, instituições, discursos, imagens, ritos e tradições), formando uma realidade paralela de existência repleta de sinais com a função de manter a coesão do grupo, formar códigos e sinais para o entendimento entre os indivíduos, a legitimação e definição da sua sociedade. Com isso, possui uma construção social e histórica, ou seja, as representações do mundo social feitas pelos indivíduos mudam conforme a sociedade e o período que tem como base, além de se verificar transformações e atualizações nos seus significados, e essas mudanças de percepção do mundo que podem ser captadas pelo historiador (GOMES, 2006, p.). Assim,

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2005, p. 39).

Ela tem a capacidade de substituir a realidade, consistindo, na verdade, no mundo paralelo de sinais em que as pessoas vivem. No entanto, não é uma cópia do real, sustentando

uma credibilidade a partir da verossimilhança, que produz reconhecimento e legitimidade social.

Ginzburg<sup>4</sup> entende representação por uma forma abstrata de descrição do mundo, que substitui a coisa ausente e dá visibilidade a coisa presente, demonstrando a ambigüidade do termo, como é possível verificar em:

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. (GINZBURG, 2001, p. 85).

Se são abstrações, não são réplicas da realidade, no entanto, as representações tomam o lugar do real, o substituem. A imagem de uma pessoa, por exemplo, não consiste nela de fato, mas toma o seu lugar por não estar presente, dando a perceber que ela existe. As representações se servem do real e vice-versa, sendo assim, surgem da capacidade de abstração do mundo real. Aproximando Pesavento e Ginzburg, o mundo simbólico criado pela sociedade é o verdadeiro mundo em que ela vive.

A Literatura e a História aproximam-se por fazerem uso da narrativa literária, criando enredos para explicar o seu tema; ambas possuem uma relação, com compromissos distintos, com a ficção. Sandra consegue definir esses elementos comuns:

(...) a escrita da história conteria ingredientes próprios à ficção. Enquanto narrativa e retórica argumentativa, emprego de metáforas e figuras de estilo, uso de conceitos para iluminar a trama, as escolhas são sempre do historiador. Tal como a literatura, o historiador recompõe pela narrativa uma trama acontecida. (PESAVENTO, 2008, p. 185).

Mas enquanto a Literatura capta o *espírito* da época sem ter preocupações com o verídico, a História a caracteriza através de informações retiradas de fontes buscando a maior veracidade possível.

---

<sup>4</sup> No capítulo *Representação: a palavra, idéia, a coisa* traça considerações sobre o assunto fazendo uso, principalmente dos manequins de couro, cera e madeira que eram exibidos junto ao cadáver dos reis ingleses e franceses durante as cerimônias funerárias, para lembrar aos súditos que o soberano, mesmo morto, continuava presente.

Ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõe a falar. São ambas formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor. (PESAVENTO, 2005, p. 81)

Dessa forma, ambas conquistam a verossimilhança, e não a verdade em si (GOMES, 2006, p. 30). O discurso histórico, como um campo de pesquisa, tem por meta o alcance da verdade, mas obtém a verossimilhança com o real acontecido; trata-se, pois, de uma ficção controlada que se apóia em fontes-provas (PESAVENTO, 2005, p. 82). O historiador acaba por formar um terceiro tempo – o “tempo histórico”, que não é passado nem presente – através da narrativa dos acontecimentos que um dia ocorrem (PESAVENTO, 2008, pg. 180), que “só pode existir pela força da imaginação” (PESAVENTO, 2008, p. 182), formulada pela História ao leitor e tomada como verdade.

Ora, tanto a história como a literatura são escritas como respostas às questões do seu tempo, ou seja, o presente da escrita. Mesmo a ficção literária, aparentemente mais inverossímil – das histórias de fadas à ficção científica –, revelam os sonhos e os pesadelos de um momento dado e que mobiliza a sua estetização em narrativa. (PESAVENTO, 2008, p. 185).

A Literatura mostra-se como um local de produção de sentido, de representação simbólica da realidade na qual está inserida e de constituição do discurso social (GOMES, 2006, p. 15). Todo o mundo simbólico - os significados colocados sobre o material, formando um mundo paralelo de sinais, significados e valores ocultos - que o homem cria para dar sentido a sua existência, aparece revelado na produção cultural, mostrando-se como uma forma de explicitar e de elaborar definições, ou seja, continuamente consolida e constrói tradições e crenças, percebendo-se muitas vezes suas atualizações. A Literatura produz sentidos uma vez que contém as ideias de intelectuais que, por ser registrada pela escrita em um suporte material, consegue chegar a outros indivíduos e, assim, espalhar novos pensamentos, que são compartilhados por todo um grupo social. Também é uma forma de representação do mundo por narrar histórias que mantém um vínculo com o real, seja por mostrar uma sociedade muito parecida com a vivida pelo autor ou por mostrar os sentimentos comuns – mesmo que essa representação apareça deformada, alterada. Sendo simbólica porque toda a representação consiste em uma percepção abstrata da realidade, não é o real propriamente dito, mas sim as impressões sobre o mundo (os objetos e as pessoas),

impregnados de subjetividades. E compõe o discurso social produzido pela sociedade, tratando-se de uma de suas modalidades, em que o autor tenta convencer o leitor das suas ideias, a partilhar seus pensamentos e sentimentos através das personagens, sendo então um meio de divulgação de uma fala para a sociedade.

O uso da Literatura pela História aparece como mais um método de resgate do passado, tratando, especificamente, de conhecer as representações feitas pela sociedade de antanho. Realiza, pois, um estudo cultural:

Nessa medida, é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto que a Literatura opera como fonte. A Literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e que passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre História e Literatura, mas sim de precisar o lugar de onde se faz a pergunta. (PESAVENTO, 2005, p. 82).

Portanto, a Literatura deve ser considerada pela História por se tratar de uma representação da realidade, sendo que somente é possível chegar ao acontecido no passado por meio das representações que são feitas pelo homem e que sobreviveram até a época em que o historiador vive. A História, no uso da Literatura como fonte, procura “estabelecer um diálogo entre as representações do ser, isto é, entre o ser cultural percebido ou construído pela Literatura (o personagem), e o sujeito histórico (o ser social) que protagoniza os acontecimentos históricos” (GOMES, 2006, p. 33). Assim, o resultado é uma versão plausível do que de fato aconteceu no passado, verossímil, ou seja, pertence mais ao domínio do provável do que do verdadeiro, embora sempre se construindo sobre a pesquisa em fontes para chegar o mais próximo da veracidade.

A Literatura, neste trabalho, é considerada como fonte para a construção de uma história cultural, uma vez que falar em identidade é se referir a uma cultura construída pela sociedade, uma invenção que fez uso das artes literárias para a sua fabricação – principalmente no Brasil, em que a formação da Literatura nacional ocorre junto ao sentimento nacionalista, que tinha a intenção de fazer do país uma nação desvinculada da metrópole.

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando

chegar àquelas formas, discursiva e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. (PESAVENTO, 2005, p. 42)

## **2.2 O uso da Literatura pela História: como imaginário social**

Do conceito de representação passa-se para o de imaginário, compreendendo este último como a pluralidade do primeiro, isto é, com as representações coletivas se formam o imaginário social. Como aponta Carla Renata:

As ações discursivas [literárias e historiográficas], neste caso, devem ser entendidas como parte das práticas sociais que constroem no e pelo discurso representações do mundo social e, com efeito, tornam-se quando publicadas, ou lidas em público, ações sociais compartilhadas. (GOMES, 2006, pg. 60).

Ou seja, imaginário social consiste em um sistema de representações coletivas (PESAVENTO, 2005, pg. 43); é o conjunto de todos os sentidos que as representações criam e expressam sobre a realidade. Se a representação é o reflexo da visão de mundo de um indivíduo ou grupo, o imaginário possui uma abrangência maior, referindo-se a toda a sociedade. Como define Sandra Pesavento, “Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43).

Sendo assim, o imaginário também é uma produção de seu tempo, histórico e datado. Como a representação, o imaginário deve ser analisado frente ao seu período histórico, sob o aspecto da sociedade que foi originado, não cometendo erros de anacronismo e interpolação. Ele faz referência ao real, parte dele, mas também não é uma cópia. Em uma passagem de Pesavento é possível ver a diferença clara entre os conceitos:

(...) em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real [...] que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances [...] O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito”. (PESAVENTO, 2005, p. 43).

No caso, as representações estão contidas no imaginário. Tratam-se daquelas crenças do tipo *o mundo sempre foi assim*, ideias e valores que passam a impressão de sempre terem estado junto à origem da sociedade. É o saber-comum, que sofre algumas alterações de um grupo social a outro, mas no geral se mantém igual por toda a sociedade.

Assim, a possibilidade de uso da Literatura na captura do imaginário social de uma época apresenta-se como a sua principal função para a formulação da História Cultural. Para isso é necessária sua conceituação, a qual Carla Renata realiza a síntese de sua construção:

(...) os indivíduos ao registrarem a sua compreensão do mundo, o fazem segundo certos paradigmas culturais formados a partir de valores e crenças que são expressos numa linguagem que vai adquirindo significados diferentes através dos tempos, consolidando ou não memórias e tradições que constituem o que podemos denominar uma ‘visão de mundo’ ou um ‘imaginário’ (GOMES, 2006, p. 25).

O imaginário social aparece nas relações cotidianas através de gestos e palavras, de opiniões coletivas que ninguém sabe ao certo de onde surgiu. E as narrativas literárias expressam esse imaginário social que é compartilhado pela “comunidade imaginada”. Assim como as representações, também faz parte do mundo simbólico paralelo que o homem cria para estabelecer parâmetros de sua existência.

Com o estudo da produção literária, que consiste em uma expressão de representação da realidade, é possível retirar características do imaginário social de um tempo decorrido sobre a construção da identidade de um grupo social – tema central deste trabalho. Como afirma Carla Renata:

(...) na composição de uma identidade seja ela nacional ou regional concorrem contribuições culturais de várias ordens, entre as quais encontra-se a Literatura, pois, assim como através dela constroem-se novos significados, também são consolidadas antigas crenças, mas, sobretudo, revelam-se modos de percepção da realidade através da linguagem (GOMES, 2006, p. 10).

Uma das ideias e valores que podem construir e difundir é a de identidade, sendo assim, consiste em um discurso instituidor de parâmetros identitários. No Brasil a formação de uma literatura nacional funcionou com a representação da identidade brasileira, tendo

como exemplo notável a atuação de José de Alencar que tentou descrever todos os tipos existentes na nação brasileira. As narrativas expressam um imaginário social que é compartilhado pela “comunidade imaginada”, sendo assim, podemos encontrar na literatura de ficção as ideias comuns sobre a imagem do gaúcho (tema central deste trabalho), montando a identidade que a sociedade do século XIX formava sobre o ser social rio-grandense.

A definição da identidade começa com a percepção da existência do *outro*, de uma pessoa que se veste, fala, se comporta, pensa e tem crenças diferentes. É através da percepção da diversidade que existe entre os homens que se definem suas identidades, agrupando aqueles que compartilham as mesmas características, seja a mesma língua ou apenas o mesmo território. Conforme Pesavento: “A produção de identidades, no caso, é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação. Proximidade e distância coexistem”.(PESAVENTO, 2005, p. 60) Sendo que, ainda segundo ela, uma mesma pessoa pode apresentar “recortes de pertencimento variados” (PESAVENTO, 2005, p.60), sobrepondo identidades – como um indivíduo nascido em Porto Alegre, por exemplo, que é, ao mesmo tempo, porto-alegrense, rio-grandense e brasileiro, sem que uma definição afete a outra, apresentando apenas caráter complementar. Ainda pertencendo a este trecho esclarecedor:

O que importa acentuar é essa diferença, além de ser produzida historicamente no plano das condições sociais da existência, é também construída, forjada na percepção de quem vê e enuncia o outro, descrito e avaliado pelo discurso, figurado e representado por imagens. Há uma produção imaginária deste outro, que afirma a alteridade e a diferença, no tempo e no espaço. (PESAVENTO, 2005, p. 60).

E para a “História Cultural, importa resgatar como a diferença é percebida e representada pelos homens” (PESAVENTO, 2005, p.60).

Para Sandra Pesavento, a elaboração da identidade significa criar um sentimento de pertencimento a um lugar e/ou a um grupo através de atributos, características e valores socializados e partilhados. E a conceitua da seguinte forma:

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da

identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. (PESAVENTO, 2005, p. 89-90)

Também a caracterizando como:

As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtor da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superponha e acumule, em si, diferentes perfis identitários. Estes não são, a rigor, excludentes por si mesmos, nem forçosamente atingem uma composição harmônica e sem conflitos nessa espécie de rede identitária que cerca o indivíduo. (PESAVENTO, 2005, p. 91).

Há variadas modalidades identitárias, que podem ser referentes a recortes de espaço ou de tempo. Na elaboração dos mitos de origem é que surge a identidade nacional, construindo as raízes de um povo através da relação entre ancestrais, datas importantes, fatos reais, ritos, mitos, lugares sagrados, trajes típicos, música, comida, etc. Constroem todo um folclore que evolui os grupos formadores da nação que ocupa um território específico, muitas vezes conseguindo um imaginário social que homogeneiza os grupos sociais definindo estereótipos. Portanto, “As identidades são, no caso, ficções criativas que situam o indivíduo no espaço, no tempo, no social, mesmo no mundo”.(PESAVENTO, 2005, p. 91). E, em conjunto, os discursos historiográficos e literários “podem ‘construir’ ou ‘fabricar’ identidades culturais” (GOMES, 2006, p. 25).

Logo, as representações feitas pelos homens consistem em traduções da realidade, percepções reproduzidas através das manifestações culturais, em imagens e discursos, não se tratando de cópia do real, mas partindo dele. São abstrações feitas do mundo material que acaba por criar um mundo simbólico no qual os homens vivem, torna-se concreto, substitui a realidade. E estes conjuntos de representações formam o imaginário social, é a representação coletiva, que atua de duas maneiras: sendo a representação das práticas sociais e, ao mesmo tempo, geradora das práticas sociais. Representação e imaginário são historicamente construídos, pertencem ao seu tempo, as gerações futuras produzem (re)produzem ideias-imagens diferentes das passadas e, portanto, cada época possui suas próprias representações e imaginário social, analisando o primeiro chega-se ao segundo. Assim, realizando uma análise da obra *A Divina Pastora*, que consiste em uma representação feita por um indivíduo historicamente colocado, consegue-se captar uma parte do imaginário social de sua época, em

como a sociedade enxergava o gaúcho, um ser culturalmente construído a partir do ser social rio-grandense.

### 3 A FORMACÃO DA NAÇÃO E DE UMA IDENTIDADE

#### 3.1 *Invenção da nação*

Retomando o que foi discutido no capítulo anterior sobre o imaginário social ser representação coletiva:

Esse é, por assim dizer, um processo constituído historicamente: o da elaboração, em cada sociedade, de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais.

O imaginário é sempre representação, ou seja, é a tradução, em imagens e discursos, daquilo a que se chama de real. (PESAVENTO, 1993, p. 383)

Logo, as representações do mundo social ou traduções imaginárias da sociedade, como continua Pesavento, fazem parte da realidade humana, sendo tão concretas quanto o real. Todo o mundo dos pensamentos compõe a vida das pessoas e, portanto, também fazem parte da sua história. E, para compreender o passado em sua totalidade, é preciso, também, estudar a elaboração cultural da sociedade – que pertence ao abstrato, às idéias, aos simbolismos e, em parte, ao imaginado.

Se “a sociedade constitui-se como tal quando se atribui uma identidade, quando define e elabora para si uma imagem do Mundo e de si própria, tentando estabelecer uma rede de significações“ (PESAVENTO, 1993, p. 384), torna-se essencial conhecer o processo de construção imaginária da sociedade. Mas, antes de tudo, cabe uma discussão sobre a qualidade de “construção imaginária”.

Parto da conceituação de Benedict Anderson de *nação*: “ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana” (ANDERSON, 1983, p. 14). O que merece alguns esclarecimentos<sup>5</sup>: *comunidade* porque é concebida sobre o sentimento de companheirismo, ou seja, as pessoas de uma mesma comunidade se vêem quase como pertencentes a mesma família, apoiando e cuidando uns dos outros; *imaginada*, uma vez que esta comunidade existe somente na mente das pessoas, não sendo possível

---

<sup>5</sup> Que é dado pelo autor ao longo das páginas 14, 15 e 16, e apenas resumo aqui.

conhecer todos os seus componentes, permanecendo apenas a idéia de que eles existem; *limitada* por possuir uma fronteira, mesmo que com uma definição não muito clara, que ao atravessar se encontra outra nação; e, por fim, *soberana* por ir além das crenças religiosas e ideológicas, não interferindo uma na outra. Todavia, centralizo mais nas concepções de *comunidade* e, principalmente, *imaginada* para tratar da formação dos Estados Nacionais. Logo, a famosa frase de Ernest Gellner “ele [nacionalismo] inventa nações onde elas não existem” resume a abordagem deste trabalho.

Nesse sentido, alguns elementos devem ser definidos para poder chamar uma região de nação: língua e religião oficiais, território com fronteiras político-administrativas, forma de governo, estrutura governamental, entre outros. Contudo, um destes componentes apresenta maior relevância para este trabalho: a identidade. Uma nação precisa inspirar o sentimento de pertencimento àquele lugar e grupo social, que é conquistado através da percepção de semelhanças e de uma história comum, ou seja, com a construção de uma identidade que abranja toda a sociedade. Se a nação é uma invenção, sua identidade também é, portanto, foi elaborada ao longo do tempo respondendo aos interesses dos sujeitos históricos – os acréscimos, as modificações e as atualizações ocorrem segundo os anseios e as necessidades da sociedade que a elabora – por meio do imaginário social. Para tanto, destaco dois traços, apresentados pela Sandra Pesavento, indispensáveis na elaboração de uma identidade: a questão da identidade/alteridade e a vinculação com a memória.

A sociedade, ao trabalhar na constituição da oposição entre identidade e alteridade, constrói base para uma coesão social, pois transforma o individual em coletivo, sendo que essa definição é feita a partir da distinção com o “outro” (PESAVENTO, 1993, p. 384), ou seja, através da analogia e da alteridade com relação a outros grupos sociais que se começa a fixação de elementos que caracterizem aquele grupo social, construindo um conjunto de símbolos que são compreendidos entre estas pessoas. É, portanto, com a identificação do “outro” que se identifica um “nós”. E, para ter êxito na construção de uma identidade, é necessário vincular essas percepções a uma memória coletiva, isto é, as pessoas precisam de um passado comum para aflorar o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo social, assim como o de fraternidade; essa memória é elaborada, principalmente, pelo mito das origens e pela história oficial (PESAVENTO, 1993, p. 385). Essa memória social é elaborada (o que implica, também, uma parte inventada), controlada e manipulada, através de uma seleção e interpretação de fatos verídicos, que é feita pelos diversos discursos produzidos na e pela sociedade.

Se a nação é uma comunidade imaginada, ela é imaginada a partir do imaginário social, que, por sua vez, forma-se pelas representações feitas do real. Contudo, “essas representações são produzidas num campo de lutas” (PESAVENTO, 1993, p. 385), e sua dominação simbólica depende da recepção e do reconhecimento por parte das pessoas, seu público, para formar a palavra de ordem (PESAVENTO, 1993, p. 386). Esta dominação simbólica é complexa, muitas vezes sutil, que se constrói ao longo dos anos através da articulação de objetos, imagens, sons, palavras e costumes para obter coerência e ser aceitas.

Toda a construção imaginária de uma sociedade traz, pois, no seu bojo, uma vontade e uma ação de construir um poder simbólico, que responde a interesses de grupos sociais precisos. (PESAVENTO, 1993, p. 386)

No caso brasileiro pós-independência, a *palavra de ordem* se encontrava na elite cafeeira – latifundiários escravistas, que defendiam uma monarquia centralizada – que por meio deste legitimizava e garantia a continuidade de seu poder.<sup>6</sup> Como anuncia Sandra Pesavento:

Os discursos literário e histórico têm vozes de enunciação múltiplas, mas, na medida em que se expressam relações de poder – o poder mágico da palavra de enunciar o real e tornar a formulação aceitável pelo corpo social –, é justo nas camadas privilegiadas da sociedade que vamos encontrar a formulação da identidade. Herdeira do século das luzes, aquela geração assistiu à degradação do sistema colonial e viu-se em face da necessidade de construir uma nação. Era preciso “criar” o Brasil e o sentimento de pertencimento à nova comunidade. (PESAVENTO, 2000, p. 13)

Embora ocorresse uma disputa pelo poder simbólico, em função dos interesses de cada grupo social e, portanto, haja uma intenção de fazer valer sua visão de mundo, nem tudo é manipulação. A classe dominante não é inteiramente responsável pela socialização dos sentidos e dos valores: “Em suma, nem tudo é ideologia e intencionalidade na construção de símbolos e legitimação de ritos.” (PESAVENTO, 1993, p. 392). Há, também, a vontade de pertencer a um lugar e a um grupo, de ter uma identidade, de acreditar em um mundo abstrato que vai além do material, dessa forma, os indivíduos contribuem para endossar os sentidos elaborados pela sociedade (PESAVENTO, 1993, p. 393), prevalecendo os do grupo no poder – que por isso, entre outras razões, tona-se e continua dominante.

---

<sup>6</sup> No poder regional, o Rio Grande do Sul possuía uma elite latifundiária pecuarista, que também tinha o domínio sobre o poder simbólico usado para os mesmos fins.

O povo encontra na identidade e na idéia de nação uma fé, um atenuante dos problemas da vida (da pobreza, da doença e da morte), pois coloca todos os indivíduos da sociedade num mesmo grupo, com um passado comum. A idealização do passado e do personagem-símbolo da região confere um alívio sobre os sofrimentos humanos através do resgate de um tempo de honra e glória.

Então, se consiste em uma invenção, por que apenas no século XIX se fala em nação?<sup>7</sup> Benedict Anderson explica considerando a nação e o nacionalismo como *artefatos culturais* que se desenvolveram no final do século XVIII (ANDERSON, 1983, p. 12), sendo assim, tratam-se de mais um elemento da cultura criada pelo homem e, por isso, são historicamente construídos, o que leva à necessidade de considerá-los no seu próprio tempo, pois estão sujeitos à alterações dos seus significados – o que as pessoas do século XIX entendiam por nação não é o mesmo que os do século XXI. Aliás, a “possibilidade mesma de se imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três conceitos culturais básicos, todos extremamente antigos, deixaram de ter domínio axiomático sobre o pensamento dos homens” (ANDERSON, 1983, p. 45). Apenas quando a comunidade religiosa e o reino dinástico deixaram de ser entendidas como “naturais”, aparecendo outras possibilidades de viver no mundo (com outros modelos de governo e o pluralismo religioso), em conjunto com uma nova concepção de tempo, que foi possível imaginar o conceito de nação. Até então, todos pertenciam – ou deveriam pertencer – à comunidade cristã que era governada por um rei divinamente instituído<sup>8</sup>, portanto, a idéia de nacionalidades e de múltiplas nações existentes no mundo, não tinha porque ser concebida.

A comunidade religiosa era concebida em torno das línguas sagradas, que eram consideradas como verdades absolutas e o único meio de acessá-la. Sendo assim, pouco importava a língua que a pessoa falava e, por isso, as fronteiras políticas podiam ser facilmente ultrapassadas: “o alcance dessa língua sagrada era teoricamente ilimitado; em princípio todo mundo tem acesso a um mundo abstrato de signos; quanto mais morta a língua escrita, mais distante da fala, melhor” (ANDERSON, 1983, p. 21). E através da possibilidade de conversão, qualquer um podia integrar essa comunidade. Para o reino dinástico, mais uma vez não importava a cultura ou a etnia dos grupos sociais, eram capazes de reunir sob um mesmo centro político-administrativo variados povos, uma vez que a expansão do reino ficava

---

<sup>7</sup> No sentido moderno do termo, vinculado ao patriotismo, um sentimento capaz de tornar o local de nascimento um componente de sua identidade individual. Que provoca emoção e afeto, sentimentalismos.

<sup>8</sup> Refiro-me apenas a construção da idéia de nação no mundo ocidental.

a cargo de guerras ou casamentos dinásticos – por essa razão que uma família real não apresenta nacionalidade, pois pode ao mesmo tempo fazer parte da classe dominante em diferentes países. Assim, era “natural” para o homem da época a diversidade dos grupos sociais que formavam um mesmo reino e “um mundo em que o reino dinástico era visto pela maioria dos homens como o único sistema “político” imaginável” (ANDERSON, 19883, p. 28). Por fim, “por trás da decadência das comunidades, línguas e linhagens sagradas, tinha lugar uma mudança fundamental nos modos de apreender o mundo, que, mais que qualquer outra coisa, tornou possível “pensar” a nação” (ANDERSON, 19883, p. 31). A simultaneidade (tempo em que passado e futuro fundem-se no presente, sem uma divisão precisa, que era longitudinal e, por isso, não existia um “enquanto isso”) deu lugar ao tempo homogêneo e vazio (simultaneidade transversal, ou seja, existia a coincidência temporal, o “enquanto isso”), medido pelo calendário e relógio (ANDERSON, 1983, p. 33). E o romance e o jornal agiram no século XVIII como instrumento para apresentar e difundir essa nova concepção de tempo: o primeiro, especificamente, mostrava que as vidas das pessoas estavam, sem que elas percebessem, interligadas em uma história maior, tudo ocorrendo sobre a idéia de *ao mesmo tempo*; enquanto que o segundo, justapondo vários acontecimentos (impressos em uma mesma folha) que ocorrem independentemente, sem que tenham consciência uns dos outros, ou seja, “demonstra que a vinculação entre eles [as pessoas] é imaginada” (ANDERSON, 1983, p. 42), tudo sob a influência do calendário e do relógio, que dá a idéia do tempo decorrendo para o futuro, um progresso.

De maneira geral, esses princípios entraram em lenta decadência após a Idade Média, passando a ser questionada a sua credibilidade devido a ampliação da visão de mundo proporcionado com as descobertas de novas terras e os avanços científicos.

Todavia, as origens da consciência nacional, ainda segundo as concepções de Anderson, estão na ambição capitalista da empresa editorial e do desenvolvimento tecnológico da imprensa, aliados a questão da língua falada, que foi adotada pela imprensa e pela administração política. No século XVII, com o esgotamento do mercado de leitores de latim (a elite)<sup>9</sup>, a lógica capitalista voltou-se para a população monoglota (a maioria) como mercado consumidor, para isso, as gráficas passaram a produzir livros na língua falada,

---

<sup>9</sup> Todo o conhecimento escrito era produzido através do latim, além de ser a única língua ensinada.

atingindo um público novo<sup>10</sup>: as classes médias, inclusive as mulheres (ANDERSON, 1983, p. 48). As idéias eram, agora, mais facilmente espalhadas e absorvidas. Além disso, num processo mais antigo, a administração política já utilizava a língua fala como um instrumento da sua burocracia, o que facilitava as comunicações, pois “a autoridade religiosa do latim nunca possuiu um verdadeiro correspondente político” (ANDERSON, 1983, p. 50).<sup>11</sup> Portanto, as línguas falas impressas formaram a base para o desenvolvimento de uma consciência nacional. O capitalismo editorial agiu na formação de “campos unificados de intercâmbio e comunicação”, pois tentava abranger na sua linguagem o maior número de dialetos, fazendo com que as pessoas, que não se compreendiam através da fala, conseguissem atingir um “meio termo” para a sua comunicação. Com isso, os leitores iniciaram um processo de perceber os outros:

tornaram-se gradativamente conscientes das centenas de milhares, até mesmo milhões, de pessoas existentes em seu determinado campo lingüístico e, ao mesmo tempo, que *apenas essas* centenas de milhares, ou milhões, a ele pertenciam. Esses co-leitores, que estavam ligados pela imprensa, formavam, em sua visível invisibilidade secular e peculiar, o embrião da comunidade nacionalmente imaginada (ANDERSON, 1983, p. 54)

Concluindo,

Para os estudiosos do tema, foi o nacionalismo que criou as nações, não o contrário. Nesse processo, o romantismo teve uma grande importância na recriação de linguagens – no seu sentido mais amplo – e de literaturas que fossem identificadas com os povos. Na criação dessas identidades, era fundamental a “invenção” de passados que as legitimassem, e aqui o papel dos romances. Memória e identidade, eis o amálgama fundamental para a construção das nações!” (GUAZZELLI, 2009, p. 372)

---

<sup>10</sup> <sup>10</sup> O protestantismo soube explorar utilizar a máquina editorial e, juntos, passaram a difundir idéias em uma linguagem que a população compreendia (mesmo a maioria ainda sendo analfabeta, ocorreu um aumento significativo de leitores).

<sup>11</sup> A “escolha” da língua utilizada pela aparelhagem administrativa foi realizada de maneira casual, apenas para fins práticos, não havendo qualquer intenção de impor a população, contudo, contribuiu, também, mesmo em menor grau, para a decadência do latim. (ANDERSON, 1983, p. 51-52)

### 3.2 Construção literária da nação

O século XIX apresentou muitas, e profundas, mudanças nas sociedades ocidentais – com a elaboração de novas teorias políticas, econômicas e científicas –, as quais cruzavam o Atlântico no sentido Europa/América. Com as melhorias das comunicações, auxiliadas pelo fato das colônias americanas possuírem a língua e a cultura similar ao da metrópole, essa transmissão tornava-se mais rápida e fácil (ANDERSON, 1983, p. 61). Os ideais revolucionários e liberais que circulavam no continente europeu eram sentidos em toda parte, difundidos pela imprensa, pela literatura ou pelas revoltas armadas, causando agitação política e ideológica também na América.

O ideário da Revolução Francesa, inscrito na divisa ‘liberdade, igualdade e fraternidade’, foi traduzido para o novo mundo como ‘independência e república’ e com ela surgem e acentuam-se os sentimentos de ‘nacionalidade e patriotismo’ (GOMES, 2006, p. 47)

O Brasil, no entanto, teve a particularidade de manter a monarquia, ao contrário da América Espanhola. Mesmo assim, independentemente da permanência da família real portuguesa no país e sua ruptura com a metrópole não ser completa, em 1822 foi declarada a Independência, e só então passou a se pensar na formação de uma nação brasileira. Isto é, a Proclamação de Independência transforma sua situação política, de colônia passa a ser um Estado e, para isso, é necessária sua legitimação e reconhecimento como tal, sendo assim, buscam uma definição cultural desvinculada da imagem lusitana (GOMES, 2006, p. 49). Já se possuía todo o aparelho de um Estado Nacional, faltava uma cultura própria para se constituir como pátria; e é neste contexto que surgem os anseios nacionais e a Literatura brasileira.

Na América, onde o processo de construção nacional é mais recente, a construção de um passado que inventasse uma identidade contraposta às origens coloniais dos países europeus contra quem se lutava exigiu esforços mais intensos. (GUAZZELLI, 2009, p. 375)

A Literatura produzida no século XIX e início do século XX, incorporada as teorias liberais e iluministas, participa como construtora da identidade nacional. Os escritores românticos se incumbem em elaborar um imaginário social, e em conjunto com o Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro – que trata da fala autorizada, oficial –, tentam (re)construir o passado do Brasil para consolidar o ideal nacional.<sup>12</sup> Logo, “seja na Europa ou no Brasil, História e Literatura complementavam-se, no plano discursivo, na construção de um perfil identitário da nação” (GOMES, 2006, p. 53). Isso foi possível porque ambas ainda estavam entrelaçadas como narrativa literária, tendo a pouco iniciado uma separação concreta que encaminhava a História para o campo de pesquisa científica, tentando se libertar do caráter de ficção existente na Literatura. Para estabelecer-se como um Estado-Nação, conforme as premissas da época, era preciso, entre outros elementos, distinguir-se culturalmente de outras pátrias – e, principalmente, tratando-se de uma ex-colônia, de sua metrópole – e, assim, os discursos historiográficos e literários atuavam juntos na construção cultural da nação, que buscava traçar o “espírito” do país.

No qual as pessoas que compõem a sociedade devem ser vistas como pertencentes a um lugar de origem que as identifique e promova a comunhão de seus interesses, visando, sobretudo, uma representação unívoca de um povo. (GOMES, 2006, p. 54)

O processo de construção cultural da identidade<sup>13</sup> aparece vinculado à formação do Estado Nacional, é, pois, mais um elemento constituinte. E ambos recorrem à memória, elaborada pela História, como sua legitimadora (GOMES, 2006, p. 56). História e Literatura unem-se para resgatar, construir, afirmar e difundir um povo e um governo, ou seja, uma pátria. Tanto resgatam características verdadeiras obtidas através de pesquisas – que são incentivadas pelo governo e desenvolvidas pelo IHGB – quanto “inventam” outras que convém na construção da identidade brasileira para, então, difundirem pela população. Mas, para ser convincente, se afirmam com estudos científicos, muitas vezes manipulando seu resultado conforme interesses. O autor e o historiador eram levados pelo o que consideravam mais belo, correto ou condizente com suas crenças ideológicas, religiosas e políticas; já o governo, na atuação desta, tinha como finalidade se legitimar para manter seu poder. No Brasil, isso significava “dotar o país com uma memória nacional” (GOMES, 2006, p. 57). Isso tudo seguindo o modelo de Estado Nacional europeu, que era visto o objetivo a atingir.

---

<sup>12</sup> O IHGB foi fundado no Rio de Janeiro em 1838 e promoveu pesquisa e eventos culturais para resgatar e construir a cultura brasileira, elaborando um discurso historiográfico que entrelaçava historicismo, romantismo e nacionalismo. (GOMES, 2006, p. 52)

<sup>13</sup> É um *processo* porque se constituiu ao longo do tempo, agregando e alterando elementos formadores de um estereótipo social do povo; e *construção cultural*, pois, representa e compõe a sua cultura.

Recriando o real, literatura e história constroem uma identidade para o país onde a legitimação da supremacia luso-brasileira é dada ora pela idealização romântica da dominação, ora pela sua “natural” superioridade, perspectiva que se desdobra na também “natural” submissão dos índios e dos negros. (PESAVENTO, 2000, p. 15)

Dentro do projeto político de construção da nação, pois o Estado controla e interfere seja através de investimentos em pesquisas do IHGB ou da repressão de revoltas armadas com ideários liberais e republicanos, cabe à Literatura destacar as peculiaridades do país (o que inicialmente se detém na flora e fauna) e traçar um perfil do povo brasileiro e à História, buscar informações para o tema literário. Juntos, realizando um discurso que “organiza o imaginário e a memória da nação brasileira” (GOMES, 2006, p. 57). Portanto, “sob a tutela do jovem Estado monárquico brasileiro, devem se encarregar de propagar adequadamente a cultura, a educação e a memória nacional” (GOMES, 2006, p. 60), na tentativa de criar um sentimento de patriotismo. Enquanto que na Europa a formação da nação e as definições culturais emanavam do povo (pelo menos inicialmente), no Brasil isso aconteceu sob o controle da Coroa para garantir a continuidade do poder monárquico.

Neste sentido, pode-se colocar a atuação da classe dominante na estruturação dos estados nacionais no que Anderson chama de *nacionalismo oficial*<sup>14</sup>. Pois, assim como as dinastias européias as quais ele se refere, o Brasil, ou melhor, a oligarquia brasileira no poder – seja os latifundiários cafeicultores no poder central ou os estancieiros pecuaristas no Rio Grande do Sul – também utilizou as concepções nacionalistas que circulavam por toda a civilização ocidental bem benefício próprio, ou seja, para criar bases legitimatórias para esse grupo dominante na nova nação brasileira, independente.

no fundo, foram reações de grupos de poder – primordialmente, mas não exclusivamente, dinásticos e aristocráticos – ameaçados de exclusão, ou de marginalização, nas comunidades imaginadas populares.[...] Esses nacionalismos oficiais eram *políticas* conservadoras, para não dizer reacionárias, adaptadas a partir do modelo dos nacionalismos populares, em grande medida espontâneos, que os precederam. (ANDERSON, 1983, p. 122)

Assim, apresentando algumas alterações em relação a situação européia, o nacionalismo brasileiro se encaixa nesta definição de nacionalismo oficial.

---

<sup>14</sup> Na verdade, segundo o autor, o termo foi criado por Seton-Watson, mas ele o utiliza para explicar a maneira como o decadente reino dinástico europeu explorou o sentimento nacionalista que aflorava do povo para se manter no poder frente ao novo mundo que se formava.

A construção da nacionalidade brasileira se fez, mediante os discursos histórico e literário, caracterizado pela negação da latino-americanidade (PESAVENTO, 2000, p. 11). Isto é, os brasileiros se consideravam (e se consideram) a parte do resto da América, não se identificando com os descendentes da colonização espanhola. Até mesmo os rio-grandenses, mais próximos deles devido a situação fronteiriça, repudiam alguma herança hispano-americana.

é o Brasil que se visualiza como o conjunto significativo em si próprio, ao mesmo tempo distinto dos hispano-americanos e dos europeus. Poder-se-ia contra-argumentar que há uma situação concreta e história de semelhança com o restante da Latino-América, porém as representações do mundo social não se medem pela sua veracidade, mas pela sua credibilidade, aceitação e capacidade mobilizadora. O Brasil não é a América Latina por que não se identifica com aqueles traços que lhes são peculiares e porque se vê como diferente, em tudo “mais” e “melhor”... (PESAVENTO, 2000, p. 12)

Mesmo com a construção de uma nacionalidade americana, isto não implicava na identificação com os outros povos da América. A consciência nacional era localizada no Brasil, não tinha a intenção – na verdade, em parte, até combatia – de transformar em um sentimento de união continental. Talvez isso seja herança dos conflitos existentes entre as colônias espanholas e portuguesas na disputa do território americano, encarnado na situação tensa de fronteira.

Quanto à narrativa literária – que no século XIX é caracterizada pelo Romantismo –, de maneira geral, percebe-se três momentos<sup>15</sup> na elaboração da identidade brasileira: o primeiro (1836-1853), chamado de nativismo, consiste na consolidação do Independência e é caracterizado por uma forte emoção patriota e pela resistência à dominação cultural portuguesa, isso se traduzia na exaltação do que é original do Brasil e na elaboração de uma cultura e literatura próprias; já o segundo (1846-1865), o indianismo, escolhe o índio, que é o nativo brasileiro, como personagem símbolo da raízes da nação, colocando-o sob a perspectiva de “bom selvagem”<sup>16</sup> e agregando valores – ele é corajoso, bondoso, forte, generoso – formulando a origem do passado do Brasil (concepção de uma história positiva); e no terceiro (por volta de 1865), uma vez já se fez útil para a elaboração de um passado mítico, o índio é deixado de lado (e muitas vezes depreciado) e entra a figura do colonizador europeu,

---

<sup>15</sup> A periodização destes momentos apenas situa cronologicamente os temas desenvolvidos na Literatura de acordo com sua época de maior produção. Logo, não são datas fixas, podendo aparecer obras sobre o assunto bem antes ou depois do estipulado.

<sup>16</sup>Utilização das teorias rousseauianas.

visto como herói desbravador da terra e portador dos valores morais, compondo, assim, a “raça brasileira”.

A exclusão do índio frente ao colonizador, se fez necessária porque a “promover a cultura dos selvagens ao estatuto de cultura nacional colocava em risco o próprio projeto de civilização almejado pela jovem nação brasileira” (GOMES, 2006, p. 69). Assim, a “raça brasileira” surgiu da mestiçagem entre o *bom índio* e o *herói europeu*.<sup>17</sup>

Por fim, no Romantismo, ocorre a valorização das regiões, ou seja, o regionalismo ou sertanismo(1870), que traz as características culturais específicas de cada região brasileira. Com isso, o foque era o mestiço que surgiu da união do nativo com o colonizador, pois, a construção da idéia de nação não significava uma oposição à metrópole (verificado principalmente pela historiografia), pelo contrário, a nova nação se reconhece como continuadora da civilização portuguesa, garantindo, então, a legitimação do Estado Imperial (GOMES, 2006, pg. 61). Já o discurso histórico, exclui negros e índios da história brasileira, promovendo uma história positivista de grandes feitos e grandes nomes.

o homem americano é fruto de uma fronteira e de uma miscigenação cultural, as quais foram mostradas primeiro pela literatura. (GUAZZELLI, 2009, p. 375)

As diferenças regionais expressas pela Literatura e pela História, não abalam a unidade política do Estado, apenas tornam explicitas a diversidade cultural existente no Brasil, tornado isso a sua característica mais marcante. Para se produzir uma unidade – ou a crença em uma – é necessário minimizar os conflitos e as diferenças, acentuando as semelhanças como elementos identitários e deslocando os conflitos para fora do contexto regional (PESAVENTO, 1993, p. 394). No entanto, realçar os traços específicos de uma região não contradiz o ideal de união, na verdade, é convertida em uma multiplicidade cultural pertencente a uma cultura mais ampla, a brasileira. E a questão dos conflitos existentes na sociedade, tenta-se projetá-lo na figura do estrangeiro.

Portanto, no século XIX, o movimento romântico no plano cultural e o nacionalismo político elaboram uma nação brasileira dando origem ao sentimento de pertencimento (ponto

---

<sup>17</sup> José de Alencar trata na obra *Iracema* (1865) do nascimento do Ceará, que é filho da índia Iracema e o português Martim, ou seja, é um mestiço. O autor através suas obras tentou traçar um panorama do perfil do povo, indo desde o índio até os “tipos” existentes nas regiões brasileiras.

central para sua configuração), o que transforma as pessoas dispersas na sociedade em membros de uma comunidade. Como resume Carla Renata:

o processo de formação da Literatura brasileira está inserido no interior de outro movimento nacional, que lhe influencia profundamente, ou seja, o processo de independência do Brasil. Este contexto faz com que a Literatura também siga um programa político de ‘idealização’ da nação – o Brasil uno e indivisível – no singular, que pretende, sobretudo, a captação do ‘espírito’ ou do ‘caráter’ nacional, com vistas a uma construção ou formação adequada da ‘identidade nacional’, isto é, do nós brasileiro – no plural (GOMES, 2006, p. 80)

Para ela, o “adequado” significa a produção de uma narrativa de agregue elementos históricos e positivos na construção da nação brasileira, que seja, ao mesmo tempo, contrário ao que é lusitano e se enquadre na visão de mundo européia.

Voltando-se para a sociedade gaúcha – objeto de pesquisa deste trabalho – e sua construção imaginária (a invenção do Rio Grande do Sul como nação), segundo Pesavento a elaboração dos discursos de identificação regional apresentam alguns componentes fundamentais<sup>18</sup>, dos quais destaco dois:

O primeiro consiste no mito das origens: há a necessidade de saber sobre o passado, as origens.

No caso da sociedade gaúcha, a origem confunde-se com a formação da fronteira sul do País, num período de lutas e “entreveros”, de atos heróicos e homens rudes e bravos. Ora, a fronteira, muito mais do que um ato jurídico de divisão político-administrativa, é um produto histórico, resultante de forças em conflito. Por si só, a origem militar-fronteiriça da sociedade gaúcha dá-lhe, desde logo, um atributo fundamental: a região muito cedo se definiu em termos de opção da nacionalidade. Ou seja, os gaúchos tornaram-se “brasileiros” porque quiseram, porque outra poderia ter sido a sua escolha. Mais do que isso: os agentes desse processo remoto foram artífices da nacionalidade, construtores da fronteira, defensores da terra. (PESAVENTO, 1993, p. 386)

Embora tenham feito a “escolha” da nacionalidade em favor do império luso-brasileiro, as fronteiras platinas não totalmente fixas e impenetráveis, com isso ressaltado a mobilidade da linha fronteiriça ao longo das lutas entre a Espanha e Portugal durante do

---

<sup>18</sup> Sandra Pesavento discute esses elementos por quase todo o texto *A Invenção da Sociedade Gaúcha*, que trago aqui de maneira resumida para situar a sociedade gaúcha no processo imaginário da construção de uma nação. Todavia, no meu entender, podem ser colocados como partes constituintes de qualquer nação, e não apenas a gaúcha.

período colonial e sua continuidade com a Guerra da Cisplatina. Além do que, na questão prática do cotidiano vivido pelo povo da região, uma fronteira é apenas uma linha imaginária definido pela política-administrativa e, portanto, a comunicação entre um lado e o outro são fáceis, ocorrendo uma integração – pelo menos em parte, de alguns elementos – entre as diferentes culturas.<sup>19</sup> E a elaboração da “origens” trazem elementos valorativos para o imaginário social, que exaltam o gaúcho como herói e o Rio Grande do Sul como o mais bravo Estado que compõem a nação brasileira.

Já o segundo, é a articulação personagem-paisagem: o personagem-símbolo regional (no caso, o gaúcho) identificado com a paisagem da região (que seria predominantemente campo, os pampas). Assim, surge o “monarca das coxilhas” ou o “centauro dos pampas” que se trata do estereótipo do homem do campo representando a nação rio-grandense, que dominou a natureza e se tornou selvagem, guerreiro e livre, além de ser associado ao cavalo, que é o principal instrumento de trabalho de um peão. Portanto, os costumes e hábitos simples das estâncias que fazem parte da “alma gaúcha”, e não os da cidade – que, alis, na maioria das vezes, numa visão romântica do campo, aparece como um “mal” a ser combatido, que só destrói e corrompe o espírito.

A simplicidade do campo, a bravura das gentes, a imensidão da terra, só limitada pela fronteira conquistada pela força das armas, articulam a constituição de uma sociedade livre. [...] a sociedade que se constitui é sem classes, “naturalmente” democrática, de salutar camaradagem entre chefes e subordinados, confundidos nas lides do campo e da luta. Não há dominantes e dominados, mas sim, gaúchos, exemplificados na alegoria do centauro: metade homem, da qual herda os princípios da nobreza de alma e honradez; metade cavalo, simbolizando a força, a intrepidez, a mobilidade de quem não conhece jugos (PESAVENTO, 1993, p. 389)

Dessa maneira, se ameniza o problema da desigualdade social e, principalmente, da escravidão, na perspectiva de que os negros são vistos como escravos que amam os seus senhores, como aparecem em muitas narrativas literárias<sup>20</sup>.

Todos estes elementos agrupados, trabalhando processualmente e nunca isoladamente – apenas um componente ou um agente não teriam força suficiente para construir e alterar o

---

<sup>19</sup> Como é possível verificar no mito do gaúcho em que sua indumentária, por exemplo, tem muitos mais elementos comuns aos hispano-americanos do que os luso-brasileiros.

<sup>20</sup> Na fonte primária analisada aqui (que será tratado no próximo capítulo) isso se faz presente com a figura de Colomim e Susana, que têm uma relação de afeto com seus senhores e não se sentem envergonhados com a escravidão.

imaginário social –, conseguem elaborar uma identidade regional que aparece inserida, assim como complementa, na identidade nacional.

Uma paisagem, um povo, uma história, uma fisionomia para o Rio Grande do Sul, definem, assim, uma identidade regional. (PESAVENTO, 1993, p. 391)

Parece inacreditável a Literatura possuir todo esse alcance construtivo no imaginário social, mas seu peso coercivo, em comparação à História, está sobre a facilidade de comunicação com o seu público e de provocar emoção. Sensibilizar o leitor através da narrativa do personagem gera uma identificação muito maior e profunda que ler argumentos históricos fundamentados na busca por fontes e pesquisas. Além disso, o número de pessoas que lêem artigos ou teses científicas, hoje, é bem menor que a quantidade dos que lêem literatura – o que podemos transportar para o século XIX.

A literatura na sua vertente histórica foi capaz de criar no século XIX uma identidade que ainda não existia. O nacionalismo, disseminado pela ficção de cunho histórico, atingia um público muito maior do que aquele que era alvo da produção científica. (GUAZZELLI, 2009, p. 382-383)

#### 4 A DIVINA PASTORA

a literatura é capaz de algo que comumente é negado ao historiador: quando, pelas suas qualidades, um autor consegue criar “vida” em personagens que estão compostos numa determinada conjuntura e numa sociedade específica, muitas vezes ela – antes mesmo que a história – pode ser mais reveladora daquela verdade buscada. (GUAZZELLI, 2009, p. 371)

A obra literária *A Divina Pastora*, de 1847 e escrita por José Antonio do vale Caldre e Fião, consiste na fonte primária deste trabalho para compreender os primórdios da elaboração da imagem do gaúcho. Trata-se, pois, do primeiro romance rio-grandense e o segundo brasileiro, além disso, também é o primeiro a trazer o enfoque regionalista, antecipando em aproximadamente vinte anos a temática dos “tipos” brasileiros. Assim, a obra já nasce com importância histórica, tratando-se de um registro de sua época. Mesmo assim, pouco valor foi dado a ela no referente a sua relevância para a Literatura brasileira e gauchesca, talvez devido ao seu desaparecimento por muitos anos, tendo sido reencontrada somente em 1992.<sup>21</sup>

O objetivo com a análise desta fonte literária é traçar o perfil do “gaúcho”<sup>22</sup> apresentado pelo escritor, uma representação feita a partir do real que compôs o imaginário social da época. A narrativa de Caldre e Fião serve ao propósito nacionalista que a Literatura participava com a função de resgatar e mostrar para o público o povo brasileiro.

O romance brasileiro surge, então, como uma parte do projeto nacional civilizador, distanciando-se cada vez mais dos modelos poéticos europeus, produzindo uma narrativa que informasse aos raros brasileiros que liam, quem eram e como viviam os outros brasileiros situados nas várias regiões do país (GOMES, 2006, p. 88)

---

<sup>21</sup> Misteriosamente todos os exemplares da primeira edição desapareceram, tendo sido encontrada apenas em 1992 pelo livreiro Adão Fernando Monquelat em Montevideú, Uruguai.

<sup>22</sup> Coloco entre aspas porque em nenhum momento da sua narrativa Caldre e Fião se referiu ao termo, utilizando apenas *Rio-Grandense* ou *monarca* da coxilhas.

#### 4.1 Breve comentário sobre Caldre e Fião<sup>23</sup>

Se, conforme Ramos, “No fundo, toda a fonte, seja ela literária ou não, representa tão somente a opinião daquele que narra os fatos.” (RAMOS, 2003, p. 4), então, se faz necessário conhecer um pouco o autor da sua fonte.

Nascido José Antonio do Vale, em Porto Alegre a 15 de outubro de 1821, apenas em 1849 acrescentaria o apelido Cladre e Fião ao nome. Aos 16 anos, começa a trabalhar como auxiliar de boticário na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que não chega a trabalhar um ano – foi demitido com a chegada de um novo boticário vindo do Rio de Janeiro.

Aos 22 anos se mudou para o Rio de Janeiro e cursou a Faculdade de Medicina, e nesse tempo também escreveu seus dois romances: *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1851). Aos 25 anos já possuía certa fama médica, tendo publicado obras sobre tratamentos médicos. Entre 1847 e 1851, Caldre e Fião se aventurou no jornalismo. Todas as suas obras – trabalhos de medicina ou literatura – foram publicadas no Rio de Janeiro. Quando retornou ao Rio Grande do Sul, praticamente abandonou a prosa, tendo se dedicado mais ao trabalho médico. Reuniu-se com companheiros conterrâneos para fundar a Sociedade Partenon Literário em 1868, sendo o mais velho e experiente do grupo, atuou mais com um conselheiro.

Era, pois, militante em seu tempo, defendia o ideário liberal e a abolição da escravatura; ao mesmo tempo cristão e homem da ciência, acreditava no progresso científico. Acima de tudo, era um médico.

Logo, um médico, informado e engajado na promoção da medicina, nos assuntos políticos – principalmente no tocante ao abolicionismo, tendo publicado livretos sobre o tema – e nos acontecimentos culturais – foi um dos fundadores do Partenon Literário –, também atuou como professor e deputado no Rio Grande do Sul. Enfim, um homem múltiplo, isto é, exerceu e esteve envolvido em muitas atividades. Certamente, um homem a frente do seu tempo. Faleceu em Porto Alegre, em 19 de março de 1876.

---

<sup>23</sup> Informações retiradas da obra de Guilhermino Cesar no capítulo *O Criador do Romance e d’A Divina Pastora* na parte *Traços biográfico de Caldre e Fião* escrita por Carlos Reverbel.

O período de sua maior expressão literária foram os anos vividos na Corte, em que, com os seus dois romances, saudoso de sua terra e talvez incomodado com a ideia do rio-grandense que se fazia por lá, ele apresentou sua interpretação do habitante do Rio Grande do Sul. Descrevendo os costumes, as vestimentas, a alimentação, os valores morais, a paisagem sulina, enfim, todo o mundo do sul do país, construiu um personagem idealizado representante da gente “gaúcha”, pois não podemos esquecer que ele bebia da fonte romântica. Participante do sentimento de construir uma nação, apresentando sua diversidade cultural através dos “tipos” brasileiros, tornou-se pioneiro na temática regional e gaúcha.

## 4.2 Análise da Obra

Direcionando, agora, para a obra *A Divina Pastora*<sup>24</sup>, marco inicial do regionalismo na Literatura brasileira, ela traz para o leitor da Corte<sup>25</sup> a paisagem sulina, que é estranha aos seus padrões. Ele descreve a comida, os hábitos, os bailes, a família (a família de Edélia é a tradicional família rio-grandense), a dança, o lazer (reuniões em família e amigos para cantar ou contar histórias), a paisagem dos pampas e da cidade de Porto Alegre. Ao contrário da maioria dos romances históricos, o enredo se passa em um contexto recente: a Revolução Farroupilha. Tema ainda sensível pela sua proximidade temporal – o conflito termina em 1845 e a obra é publicada em 1847 – que opõe rio-grandenses republicanos e brasileiros imperiais, uma vez que se insere em um período de nacionalismo, no qual se tentava criar a ideia de nação. Assim,

a narrativa produzida por Caldre e Fião, possa alcançar certo destaque em relação aos outros autores e ao contexto literário predominante no Romantismo brasileiro, pelo grau de complexidade de seu tema, visto que extrapola os limites de um simples drama romântico ao envolver questões contemporâneas de natureza ética, política e social (GOMES, 2006, p. 91)

A intenção do escritor era mostrar aos brasileiros da Corte o habitante do Rio Grande do Sul e seu modo de vida, como podemos perceber no início da narrativa com a nota *Ao Leitor*, na qual ele pede uma “atençãozinha” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 21). Com ela, ele

---

<sup>24</sup> A obra é dividida em dois tomos, apresentando, cada uma, quatro partes.

<sup>25</sup> A obra foi publicada na forma de folhetim em 1847 no Rio de Janeiro, sede imperial.

inicia um diálogo com o leitor – que se apresenta diversas vezes ao longo da narrativa – e revela sua preocupação com a recepção do texto pelo público, isso demonstra uma intenção consciente sobre a concepção da narrativa. *Cladre e Fião* é, pois, um rio-grandense na Corte, saudosos de sua terra natal.

Num contexto de construção da identidade nacional, parece bastante conveniente ao jovem Rio-Grandense estudante de medicina José Antonio do Valle, apresentar aos brasileiros da Corte um estilo de vida e de comportamentos peculiares a uma determinada região do Brasil. Neste sentido, ele publica, em 1847, pela Tipographia Brasiliense de F. M. Ferreira, “*A Divina Pastora, novella rio-grandense*” (GOMES, 2006, p. 95)

A trama se passa em Porto Alegre durante a Revolução Farroupilha, apresentando Almênio e Edélia – a divina pastora – como protagonistas. Amor e política se entrelaçam, pois Edélia (a amada de Almênio) o repudia por fazer parte da causa farroupilha, revertendo este sentimento quando ele passa para o lado imperial. Mas, afinal, como é o “gaúcho” de Caldre e Fião? O autor o personifica na figura de Almênio, além de acrescentar algumas explicações.

Assim ele o descreve:

Almênio, jovem de 23 anos, no ardor das paixões violentas, filho de abastados pais, julgou cumprir um dever, apresentando-se no campo da batalha em defesa dos sagrados ideais da liberdade, e no calor do prélio fazer provar aos que julgava inimigos o fio da sua espada. Inflammado pelo ardor marcial esquecera a casa paterna; [...] Ele tinha desobedecido. Seus pais, amestrados na escola do mundo, tinham reprovado uma reforma que julgavam desnecessária em um país que apenas começava a fruir o resultado da aplicação de uma constituição liberal. Ele comandava! E isto é alguma coisa para um jovem. [...] As suas reflexões, pois, lhe sugeriam um plano de reparação, de conquista mesmo, sobre si próprio. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27-28)

Ele, pois, um tenente do exército farroupilha que, em um dado momento, se arrepende da causa que lutou por muitos anos, contrariando os pais – que defendem o Império. Contudo, neste trecho Caldre e Fião tenta abrandar um pouco a atitude política do personagem jogando a culpa na índole da juventude. Mas, por fim, ele lamenta ser um farroupilha ao lembrar da dor dos pais (CLADRE E FIÃO, 1992, p. 28-29). E ele continua:

Ouvia-se o trote de um cavalo na estrada real da Sapucaia e o tinir de uma espada que, de quando em quando, batia sobre a cincha dos arreios: este cavalo era cavalgado por um jovem magro, de longos cabelos louros caídos em cachos sobre

seus ombros, pensativo... e que conhecíamos pelo nome de Almênio, o bravo tenente republicano. As cores afogueadas do rosto do jovem indicavam uma resolução firme. O andar do cavalo denotava a presteza de um ente resolvido a servir e que perigo nenhum jamais fizera recuar. No horror dos combates ele tinha seguido o impulso de seu dono, de seu dono intrépido que jamais refreara sua velocidade; igual a seus irmãos, alimentados pela saborosa grama dos campos do sul, se exercitara nas bélicas lides; e manso nos prazeres tinha-se tornado por seu gênio uma necessidade de seu dono. Almênio o amava, como se ama àquele que dia e noite nos presta sem cessar serviços importantes. Almênio era Rio-Grandense e o cavalo é o melhor presente que a natureza fez ao Rio-Grandense. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 29) – até o cavalo é bravo

Aqui, descreve a sua aparência física e o caracteriza como bravo, que até mesmo seu cavalo é bravo. Também mostra a importância do cavalo para o Rio-Grandense<sup>25</sup>, seu apego e sua necessidade, que só se confirmam ao longo da narrativa com Almênio se locomovendo de uma região a outra apenas a cavalo (nunca é visto a pé ou em carruagem). Realizando também uma descrição do cavalo sulino, ele o liga ao “gaúcho”. Já aqui, na forma embrionária do personagem-símbolo da cultura do Rio Grande do Sul, aparece como um *centauro dos pampas*<sup>27</sup>. Também aparece outra característica principal em comum com o futuro gaúcho, ele é um guerreiro – por isso Almênio, em toda a obra, aparece pertencente a um exército, seja farroupilha ou legalista, tornando evidente a militarização da região sul (devido a sua situação de fronteira). O escritor coloca o Rio-Grandense como “guerreiro invencível do sul, do *monarca das Coxilhas*” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 94). Este termo sim, monarca das coxilhas, aparece algumas vezes para caracterizar o Rio-Grandense, referindo-se a ser um “guerreiro dominador do espaço em que vive” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 94 – nota de roda pé). Sobre essa qualidade de dominador da natureza, o autor elucida o leitor com uma situação de Almênio (também pode-se perceber, mais uma vez, sua relação com o cavalo): “Medonho estava o sítio. Todavia, Almênio apeou-se, desencilhou o cavalo e dos arreios fez uma mole cama sobre a areia; e, cobrindo-se com a enxerga, entregou-se ao sono. Tal é o Rio-Grandense.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 30-31).

Acrescenta-se a isso, algumas outras qualidades que foram recolhidas ao longo do texto<sup>28</sup>: “Tenho-me facilmente acostumado respeitar os hábitos alheios.” (p. 84 – fala de Almênio sobre o estrangeiro Hendrichs fumar cachimbo, o que não é costume no Rio Grande

---

<sup>25</sup> Quando uso Rio-Grandense (letras iniciais maiúsculas) refiro-me ao personagem criado por Caldre e Fião, pois é assim que aparece na sua narrativa; já rio-grandense (letras iniciais minúsculas), é no sentido de habitante do Estado Do Rio Grande do Sul.

<sup>27</sup> Essa expressão não aparece n’A *Divina Pastora*, todavia é uma das formas de designação do gaúcho.

<sup>28</sup> Aqui, devido ao alinhamento de vários pequenos trechos, apenas faço referência a página e alguma nota esclarecedora, todavia, tudo foi retirado d’A *Divina Pastora*.

do Sul), “a frente dos mais velozes dançarinos estava o tenente Almênio” (p. 28 – quando em um baile), “Almênio estava sobre o limiar, firme como guerreiro d’aquém do Uruguai, e alegre e donoso [galante]” (p. 57-58 – quando Edélia vê Almênio pela primeira vez depois de muitos anos), “Almênio, sempre franco e generoso” (p. 58 – sobre seu caráter).

Resumindo todas as qualidades de Almênio e, portanto, do Rio-Grandense, ele é: bonito, elegante, bom dançarino (de fandango, claro, pois é a música típica do Estado), guerreiro, corajoso, cavalheiro, forte, dominador e conhecedor dos pampas. honrado e cristão (aparecem várias referências sobre a moral cristã, principalmente ao descrever a família de Edélia, que consiste na tradicional família Rio-Grandense). Enfim, um herói, uma pessoa idealizada repleta de valores e qualidades consideradas adequadas para a civilização ocidental. Em contraposição ao verdadeiro habitante do Rio Grande do Sul, uma pessoa comum, com defeitos e qualidades e, para muitos, sua não vinculação com o rural e a guerra, Guazzelli afirma: “A literatura, diferentemente da história, não está preocupada em dar conta cientificamente de uma realidade passada.” (GUAZZELLI, 2009, p. 370). Deste modo, Calde e Fião cria uma identidade para o rio-grandense que deseja, realizando mais “um como gostaria que fosse” do que como é na realidade.

Contudo, além de um personagem que representa o Rio-Grandense, como que para deixar mais clara a gente e os costumes do sul, o romancista se insere no texto e revela sua opiniões sobre a formação e o caráter desses indivíduos:

Alguns historiadores tem querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante nos combates, tão bom e fiel amigo na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; mas, quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador, suponho dever atribuir-se muitas dessas coisas `alimentação e educação moral. O Rio-Grandense aprende, desde os seus primeiros passos, a respeitar os velhos, a ser amigo, a desprezar o covarde e a vingar-se do inimigo; guarda fiel os usos que lhe foram transmitidos por seus pais e julgar-se-ia desonrado se um dia deixasse de cumprir os preceitos de seu evangelho. O evangelho da moral Rio-Grandense não é escrito, é tradicional, mas , apesar disso, ainda não foi alterado e um só de seus artigos: para sabê-lo, *in totum*, é necessário ser Rio-Grandense e viver muitos anos naquela divisão política do Império que chamamos – Província do Rio Grande do Sul. E, demais, a alimentação frugal e sã, e uma higiene regular, e a atividade em que ele vive o resguarda do vícios físicos e morais e o torna forte e acessível aos bons sentimentos da alma. O Rio-Grandense é o homem da natureza e consequentemente rico e desprezador das riquezas [...] Despido de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-Grandense acha recursos imensos em sua frugalidade e costumes simples; desprezando essas fúteis grandezas representantes das misérias reunidas de muitas famílias, ele goza inalterável o fruto de uma

consciência enobrecida por ações generosas e bens conformes ao direito natural dos homens. (p. 80-81)

Esse longo trecho é, pois, muito revelador. Além de traçar todo o perfil do Rio-Grandense – agora, também é simples, vingativo, bom, fiel e generoso – o autor revela a sua opinião sobre porque a gente do sul possui todas essas qualidades, negando as teorias sobre o clima (correntes no século XIX) ser formador de caráter, alegando que são a alimentação e a educação que constroem esse indivíduo – essa educação se baseia nos costumes passados de geração em geração. Caldre e Fião se considera quase que como um historiador e somado a sua argumentação de que para conhecer o rio-grandense é preciso ser um, está se intitulando como fonte privilegiada para revelar a identidade “gaúcha”.

Tomando o conceito de estranhamento de Carlo Ginzburg, no qual nada pode ser encarado como óbvio ( tudo deve ser questionado), então, é preciso se perguntar por que Caldre e Fião não utiliza o termo “gaúcho”, e sim “Rio-Grandense”, para designar o “verdadeiro habitante do sul”? Há duas passagens na narrativa que, se comparadas, se pode compreender isso: “Almênio usava um “traje de monarca” (p. 31) e “homem baixo, gordo e que trajava à gaúcha, tendo nos pés grandes chilenas de prata, e armado com uma enorme faca” (pg. 38 – referindo-se a Colomim, soldado e servo de Almênio)<sup>29</sup>. Ou seja, na época em que a obra foi escrita, “gaúcho” ainda possuía caráter depreciativo, se não ofensivo, pelo menos designando um homem de baixa classe social, um peão de estância. Já “monarca” trazia um sentido de positividade e de valorização: “Monarca é a acepção plena do gaúcho, dominador do meio em que vive, possuidor da melhor montaria, ajaezada com prataria e ouro. É, assim, sinônimo de indivíduo destemido, orgulhoso, elegante e livre.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 31 – nota de roda pé). Faz, mesmo, uma forma de distinção social, a qual fica clara por Colomim carregar um facão enquanto que Almênio possui uma espada.

Logo, podemos terminar de traçar o perfil que Caldre e Fião concede ao seu “gaúcho” com a seguinte passagem sobre a juventude Rio-Grandese:

a mocidade e o brilhantismo dos *monarcas das coxilhas* [...]Os jovens respiravam o hálito da guerra e das cavaleirescas lidas dos campos; suas roupas eram as originais da província e seu adornos a espada, a lança o laço, as bolas e as ricas e pesadas chilenas; suas faces eram rosadas e animadas da atividade da vida que lá se vive nos campos; e suas formas eram delgadas e bem regulares, mostrando um desenvolvimento bem pronunciado pela frugalidade de alimentos e pela

---

<sup>29</sup> Ambos os trecho foram retirados d’A Divina Pastora e, mais uma vez, apenas faço referência à página encontrada.

simplicidade de costumes em uma natureza livre e sem os atavios da arte dos homens. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 208)

E, como não poderia deixar de faltar, o autor também mostra o personagem antítese do Rio-Grandense: Francisco. Que é descrito da seguinte maneira: “jovem sem recomendação moral alguma na sociedade; amado, porém, por suas belezas físicas” (p. 61), “pérfido e imoral” (p. 62), perverso e covarde (p. 64), “um lascivo, um covarde, um homem que temia o menor ruído: era que o remorso o ralava internamente” (p. 74). Bonito e elegante como Almênio, porém, com caráter oposto, sendo até mesmo um sedutor, que “arruína moças inocentes” – até mesmo Edélia (a divina pastora), quase deixa se enganar pelo seu charme.

O interessante é que, no início do texto, Edélia ama Francisco, mas quase ao fim da narrativa, ela percebe a verdadeira índole do “bandido” e se apaixona por seu primo (Almênio). O ponto consiste que, já nesta altura, ele torna-se capitão no exército imperialista. Há um momento na obra em que ocorre um duelo entre Francisco e Almênio (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 71): é Francisco quem inicia o combate, atacando repentinamente Almênio, e quando o primeiro é ferido, o segundo o reconhece e o perdoa pelo conflito desejando ser seu amigo, no entanto, Francisco recusa (diz que deve cumprir sua promessa de matá-lo feita a Edélia) e dá continuidade ao duelo; quando, por fim, sua espada quebra devido a um golpe de Almênio, ele se acovarda de lutar *mano a mano*, o adversário percebendo-o, deixa o local com desprezo. Assim, em um combate entre Almênio e Francisco, o “mocinho” vence, mostrando com esse episódio moralizador que o homem honrado e valente é vitorioso sobre aquele com péssimo caráter.

Então, aí temos o “gaúcho” de Caldre e Fião na obra A Divina Pastora. Seu caráter e suas qualidades pouco diferem da atual concepção deste ser cultural<sup>30</sup> - ele é soldado, toma mate e come churrasco, como podemos perceber nos seguintes trechos:

Clarinda, com a mais verdadeira satisfação, punha o almoço sobre a mesa, que compunha-se de *churrasco*, de um frango ensopado, de algumas ervas, de abóbora com leite e do indispensável mate. Era uma refeição frugal, um alimento rio-grandense e que vigora os músculos e torna os que dele usam fortes e sensíveis. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 80)

trazendo em suas mimosas mãos uma prateada cuia de *precioso mate*; ela obedecia aos usos do país hospitaleiro que recebera em seu seio sua exilada família. Almênio, recebendo a cuia das mãos de sua hóspede, mostra um donaire cavalheiresco tão natural ao *monarca das coxilhas* rio-grandense. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 35)

---

<sup>30</sup> Que vai ganhar o nome de “gaúcho” e aparecer totalmente vinculado ao mundo rural com a obra *O Gaúcho de José de Alencar*, em 1870.

Porém, sua ambientação é totalmente diversa, o Rio-Grandense aparece em um ambiente urbano, o enredo se passa em Porto Alegre à época da Revolução Farroupilha, assim, ele traz os ensinamentos, os valores, os costumes e a moral do campo, não deixando se corromper pelos “vícios” das cidades – tanto que, Francisco aparece como um produto do meio urbano.

Vive-se com frugalidade, com costumes simples, com hábitos regulares lá no campo, longe do hábito pestífero das Cortes que condenam a virtude ao exílio e aflagam em seus seios a danada da inveja e a mercenária adulação. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 70)

O “gaúcho” do autor aparece deslocado do lugar onde ele futuramente habitará, o campo. E isso concede características tipicamente da “gente da cidade”, não é rude e selvagem como o seu sucessor. Almênio é inteligente, estudado, culto, refinado. Um cavalheiro. Para Carla Renata,

Portanto, estes “Rio-Grandenses” se constituem numa antítese do “gaúcho” – ser social “incivilizado” e ignorante do campo –, embora componham, junto ao metafórico “monarca das coxilhas”, um tipo de paradigma sociocultural do sul, seja pelo vestuário ou pelos adornos prateados dos arreios, seja pela destreza na montaria, seja pelo domínio da região, sem embargo da constatação, de que ambos – “Rio-Grandenses e “monarcas” – constituirão a essência da representação do “gaúcho” do porvir.” (GOMES, 2006, p. 142)

O gaúcho é o ‘tipo-social-ideal’ sulista que personifica todos os habitantes do Rio Grande do Sul, é o soldado-campeiro; mas n’A Divina Pastora, é o soldado-urbano com pensamento campeiro, ou seja, ele vive na cidade, mas não perdeu os costumes do campo que são tradicionais, vive, ainda, sob o “evangelho moral Rio-Grandense”. Também o autor o coloca na perspectiva do “mito das origens” – essencial para a composição da ideia de nação – quando menciona os antepassados da família de Almênio e Edélia:

Margarida [mãe de Edélia] era irmã da mãe de Almênio. Ambas se casaram ao mesmo tempo e como virtuosas e educadas nos mesmos princípios não se separaram, antes convidaram seus maridos a viver juntos em casa de seu velho pai, um dos primeiros colonizadores do *Continente*. (CALDRE E FIÃO, p. 58-59)

O termo “gaúcho” vai sofrendo alterações no seu significado com o passar dos anos, ou seja, uma ressemantização (GOMES, 2006, p. 37). Guazzeli consegue descrever resumidamente este processo:

A palavra “gaúcho” – *gaucho* em castelhano – é uma das tantas de origem ainda obscura, e que teve muitos significados. Surgiu em fins do século XVIII, quando então designava os *hombres sueltos* das campanhas platinas – eméritos cavaleiros e preadores do gado chimarrão – tinha caráter pejorativo e uma rica sinonímia: *vagamundo, gaudério, vago, malentretenido, cuatrero, matreto*, entre outras; todas elas se referiam a indivíduos que, por não terem relações de trabalho estáveis, viviam dos mais variados expedientes, quase todos associados a algum tipo de delito pelas autoridades.

[...] Com a consolidação da propriedade pecuária, já com a maior parte dos gaúchos subjugados como mão-de-obra nas estâncias de criação, a palavra mudou de sentido. Referia-se a partir de então aos peões campeiros, que mantinham hábitos, vestimentas, linguajares e costumes alimentares herdados dos seus antepassados, e que ainda eram, especialmente, homens “de a cavalo”. (GUAZZELLI, 2002, p. 107-108)

No entanto, se “para a literatura, a veracidade se encontra na busca da contextualização”, é preciso colocar a obra em sua época, ou seja, imediatamente após o fim da Revolução Farroupilha. Assim, ainda com a guerra civil fortemente agarrada a sua memória, Caldre e Fião, ao contrário de escritores posteriores mais distantes no tempo, condena não somente o conflito, se posicionando a favor do Império, como qualquer tipo de guerra ou revolta. Como é possível perceber nestes dois trechos, o primeiro sendo o autor se colocando na obra, e o segundo através da fala de Hendrichs (estrangeiro alemão):

Se sábios fôssemos, as negras cores dos horrídeos fatos passados no Pará, na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e mais províncias brasileiras não teriam manchado o quadro histórico de nossa pátria. É a ignorância a fonte de todos os males.” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45)

Guerra civil! Flagelo imenso de todos os povos. [...] Recaia a maldição do inferno sobre aquele que ousar soprar os brandões da discórdia e que ousar manchar com hálito pestífero os laços da fraternidade humana! (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 34)

O como um homem engajado em seu tempo, se posiciona no texto frente a um tema delicado, indo além dos seus colegas romancistas, tratando de um assunto ainda muito recente.

Quereis que voz diga quais minhas ideias a respeito da revolução que teve princípio, na província de meu nascimento, em 20 de setembro de 1835 e que devastou seus campos por nove anos, cinco meses e oito dias? Não farei dela a história; direi em definitivo: a razão condena os partidos que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços da fraternidade, mas olhemos para as circunstâncias morais de nossa associação nesses tempos e facilmente adivinharemos o motivo da guerra. O povo excitado por gênios irrefletidos esperava do governo salutares providências que serenasse os ânimos, mas esperou debalde e a torrente do descontentamento, como uma longa enfiada de corais cuja ponta se desprende e deixa escoar um a um deles sem que destra mão os possa segurar, correu veloz por sobre a reação das almas experientes. Vejamos o motivo! Alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e de glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria; e marcharam para eles pela mesma via.

[...] Dando o primeiro passo, os republicanos se viram obrigados a sustentá-lo e proclamaram a sua independência, auxiliados por vizinhos ambiciosos e desleais. Os imperiais correram aos combates intrépidos e animados do mesmo fogo – *o amor da pátria.*” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45)

Por fim, continuando sob o olhar de “estranhamento”, levanto rapidamente algumas questões: por que a narrativa se passa sob o enfoque da Revolução Farroupilha? Talvez o autor quisesse apresentar para a Corte um outro viés sobre o assunto, tentando apagar a ideia de selvagens sobre os rio-grandenses, em um momento de construção da nação brasileira. Assim, parece que ele tenta conseguir desculpar as revoltas, para, então, voltar a inserir o Rio Grande do Sul na identidade brasileira – uma vez que a revolta, sendo separatista, criou a ideia de um Estado à parte do resto do país. Essa desculpa fica clara em uma conversa entre Almênio e Hendrichs: “excitado pelo amor da pátria tenho-me constituído réu de lesa paternidade, desprezando os conselhos em que fui alimentado desde à infância” (Almênio) e Hendrichs responde: “é tão desculpável” (CALDRE E FIÃO, 1992, pg. 34). E, mesmo após várias intromissões no texto para expressar a sua opinião ou ideias, ele deixa para o leitor “julgar” Almênio:

Almênio, que já conhecíeis, era um jovem escrupuloso e tinha resolvido abandonar o serviço da República de Piratini porque seus pais o reprovavam. Se eu pensar como filósofo não direi uma palavra; mas como legalista direi: *que ele fazia muito bem*; e como Republicano: que ele era um traidor, um passado. Mas Almênio está de bom humor comigo; eu sou um filósofo e não sou partidário das dissensões

civis que dilaceram as entranhas de minha pátria. Julgai vós, leitores, o que quiserdes de seu procedimento. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 42)

Cabe também se perguntar o motivo da trama se passar em Porto Alegre, a capital do Estado, e não no interior/fronteira, onde realmente está o gaúcho soldado-campeiro? Mesmo estando na cidade os vícios humanos, ao contrário da maioria dos romancistas de seu período, ele não foge para o campo para criar sua idealização da sociedade rio-grandense. Poderíamos pensar que, sendo ele a favor dos legalistas, usa esta cidade por ser o reduto do Império no Estado, o local de onde se combatia os revoltosos farroupilhas. Seria, pois, “a ativa e soberba cidade de Porto Alegre” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 23). Na linha de defesa da causa imperial, ele valoriza e enobrece a cidade:

Eles chegavam nesta hora à vista de Porto Alegre, que em meus transportes poéticos eu apelidei de *Princesa das Coxilhas*, desta cidade de fadas, ninho mimoso do heroísmo, galardoada pelo Imperador D. Pedro II com o título de *leal e valorosa*. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 51)

Logo, se para Fábio Ramos “*Os Sertões* é uma rica obra literária carregada de linguagem poética. Não deixa de ser, contudo, um produto narrativo de uma época e de um contexto específico vivido pelo autor, sendo ao mesmo tempo criação ficcional e reflexo de fatos verídicos.” (RAMOS, 2003, pg. 3). Então, através da narrativa com elementos poéticos de Caldre e Fião, é possível retirar vestígios sobre a construção da identidade do gaúcho, já que sendo uma representação da realidade, a substitui, portanto, consiste em um “fato verídico”, mesmo que esse “fato” trate-se do imaginário social brasileiro do século XIX. Continuando com Ramos:

[a obra] representa a interpretação do autor acerca de uma época. Ao historiador, diante da literatura como fonte, cabe reordenar a leitura do mundo feita pelo autor, selecionar os fatos de interesse histórico e separá-los da narrativa poética, aparar as arestas. (RAMOS, 2003, p.4)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de uma identidade gaúcha tem suas origens no século XIX com a formação dos Estados Nacionais. No período pós-independência, os países americanos tentaram formular uma memória e uma identidade para a nação que surgia desconectada de sua metrópole e, portanto, sem um passado próprio. Nessa perspectiva, a literatura teve grande peso, uma vez que se tornou um dos mais eficientes veículos para a propagação de uma ideologia, o Nacionalismo. Sendo assim, a análise de textos literários para compreender o tema é válida, uma vez que aparece como representação do passado, de uma cultura nacional que começava a se definir.

Examinar esse processo de construção de um mito na literatura permite a percepção de como as elites intelectuais legitimaram os grupos dominantes, fazendo-os representantes dos dominados, desfazendo os antagonismos e recriando idilicamente um passado que foi de conflitos, opressão e subjugação. (GUAZZELLI, *Fatos que realmente aconteceram?*, p. 108)

É nesse sentido que aparece a figura do gaúcho, pois ele nada mais é do que a representação do povo das regiões platinas. Criando uma valorização da sua atividade como peão nas estâncias pecuárias e da sua história como guerreiro marcada por intensas lutas – a região foi sempre uma área de fronteira e, portanto, de grandes tensões –, adicionando uma idealização de um caráter heróico e valores europeus, inventa-se o modelo de indivíduo que vive no sul do Brasil, longe da Capital do Império, desconhecido da Corte. Desenvolve-se, pois, a nação da Província do Rio Grande do Sul e um componente da nação brasileira, que é marcada pela multiplicidade cultural. E o movimento literário denominado Romantismo trabalhou no resgate dos “tipos” brasileiros, desde o homem sertanejo, passando pelo homem urbano e indo ao homem “bárbaro” gaúcho. Mais precisamente foi o romance histórico que conseguiu criar uma identidade que ainda não existia, conquistando grande número de leitores e procurando apresentar veracidade.

ela [a literatura] costuma, aliás ser uma constante presença, reveladora das filiações dos autores, que expõem suas visões de mundo em quaisquer compromissos com uma “verdade histórica”, e os relatos literários devem ser apenas “verossímeis”. Um tipo de literatura, no entanto, procurou uma veracidade que, se não substituiu a história como ciência, tinha muito apelo: o “romance histórico”, de grande difusão no século XIX, com um papel protagonista na difusão de uma ideologia marcante, o nacionalismo (GUAZZELLI, 2009, p. 371)

O autor, ao escrever a obra, quis mostrar para a Corte carioca traços da história e da cultura do sul, sem fazer uma caricatura como ocorreu em *O Gaúcho*, de José de Alencar. Em uma época em que se tentava formular um país, os intelectuais voltaram-se para o que tinha de original no Brasil e, assim, diagnosticavam suas características peculiares. No meio disso, surge Caldre e Fião como o primeiro escritor com elementos regionais em sua obra, vinte anos antes do movimento literário regionalista ter iniciado. *A Divina Pastora* nasce como a primeira *novela rio-grandense*, aliás, é o subtítulo dado pelo autor à obra, demonstrando suas intenções. Como as elites brasileiras buscavam formar um imaginário popular como intuito de nele fixar suas bases legitimatórias, a análise do texto ganha relevância, já que o autor pertencia ao Parthenon Literário, ou seja, compunha o grupo intelectual dominante da sua época. Nele uniam-se homens de importância social que controlavam a política e a economia do estado, além de ser a expressão cultural da elite e, então, nas suas obras trazer reflexos de suas ideias, crenças e morais. Seguindo a afirmativa de Guazzelli:

Examinar este processo de construção de um mito na literatura permite a percepção de como as elites intelectuais legitimaram os grupos dominantes, fazendo-os representantes dos dominados, desfazendo os antagonismos e recriando idilicamente um passado que foi de conflitos, opressão e subjugação. (GUAZZELLI, 2002, p. 108)

O problema proposto na pesquisa centra-se na análise de uma fonte literária. Tentando compreender um aspecto da história do Rio Grande do Sul, aproximo a Literatura e a História através do estudo da representação da identidade rio-grandense feita por Caldre e Fião n’*A Divina Pastora* contextualizada no período de formação dos Estados Nacionais americanos. Pois, conforme Pesavento, “tudo pode vir a torna-se fonte ou documento para a História, dependendo da pergunta que seja formulada” (PESAVENTO, 2005, p. 11). Sendo assim,

Dispondo-se a resgatar o sistema de representações que os homens construíram, em todas as épocas, para explicar o mundo e lhe atribuir significado – ou seja, percorrendo os caminhos da construção imaginária da realidade, pelo viés da cultura –, a história cultural, pressupõe abertura à interdisciplinaridade e à comunicabilidade entre os diferentes discursos que falam do real.” (PESAVENTO, 2008, p. 181)

A literatura como fonte primária apresenta um vasto campo de estudo, possibilitando diversas interpretações, e vem sendo bem desenvolvida pela História Cultural. Não se deve restringir-se apenas à história, ao que está sendo dito, mas sim concentrar no que se quer dizer, realizando uma interpretação da realidade. Dessa forma, relacionando o objeto pesquisado com o contexto de sua formulação, consigo empreender o estudo de um aspecto cultural dessa realidade. A construção da identidade do gaúcho aparece como um componente social, sendo representada nas narrativas literárias, que, aliás, consta como o principal veículo de difusão desse imaginário sobre o habitante das terras platinas por sua forma de expressão no romance histórico que conquistou grande número de leitores da classe média e alta. Uma vez que a produção literária se constitui em uma expressão do pensamento formado pela palavra escrita, torna acessível as ideias de um grupo social – neste caso na elite rio-grandense, uma vez que o autor fazia parte do Parthenon Literário que tratava-se da elite intelectual sulista da época – e a maneira como pensavam apresentadas simbolicamente.

A literatura, mesmo não tendo a preocupação de registrar fielmente a realidade, revela a sociedade em que foi escrita por expor as visões de mundo dos seus autores, que estão inseridos nas ambições e frustrações de seu tempo, não deixando de, a sua maneira, influenciar suas produções literárias com as impressões que os acontecimentos deixavam. Sendo assim, não se trata de uma recomposição do passado, mas sim do pensamento dos homens que viveram naquela época. E a historiografia do século XIX, utilizou a narrativa de cunho literário para discutir o passado da humanidade, o que acrescenta a relevância do estudo das obras literárias como documentos para desvendar o século XIX. “Não deixa de ser, contudo, um produto narrativo de uma época e de um contexto específico vivido pelo autor, sendo ao mesmo tempo criação ficcional e reflexo de fatos verídicos.” (RAMOS, p. 3).

Um dos aspectos abordados no meu trabalho são a relação literatura e história, ou seja, o uso de obras literárias como fonte para construir o conhecimento histórico. Tanto a literatura quanto a história realizam uma narrativa verossímil da realidade – uma valendo-se da ficção e outra da veracidade científica – e, por isso, não se tornam antagônicas, mas complementares para a elaboração da história da humanidade. E a literatura do século XIX mostra-se como uma rica fonte para isso, ainda mais porque ela aparece com a intenção de criar a nação brasileira, o que inclui o resgate das suas origens e, então, da fixação da originalidade do país – de sua gente, de seus hábitos, de seus costumes, de sua linguagem, de suas crenças, etc. O que, no Rio Grande do Sul, o patriotismo se confundia com os interesses da elite (GUAZZELLI, 2002, p. 117).

O ponto central do meu trabalho consiste na temática da elaboração de uma identidade para o povo do Rio Grande do Sul na figura do gaúcho. Valendo-me de apenas uma fonte primária, *A Divina Pastora*, procurei traçar as suas características na primeira representação da cultura local, obtendo, pois, o esboço do gaúcho: seu antecessor, o *Rio-Grandense*. Analiso, assim, uma representação para capturar um aspecto do imaginário social, que aparece inserida no processo de construção de uma nação com a tentativa, do autor, de definir uma identidade para sua terra natal. Esse “gaúcho” apresenta algumas características que vão perdurar até seu sucessor, o gaúcho soldado-campeiro, enquanto que outras são únicas, que desaparecem. Isto mostra que o autor não conseguiu fixar essa imagem de soldado-urbano com tradição rural no imaginário social de sua época ou que o personagem-símbolo rio-grandense sofreu, mais uma vez, um processo de ressemantização. Independentemente disto, o que fica provado é que o antecessor do gaúcho, na sua primeira caracterização em um romance, aparece com um caráter inteiramente diferente, que é esquecido na sua imagem futura: ele é forte, porém não é tão selvagem, rude.

Se no início o termo “gaúcho” aparece com significado depreciativo, vindo a ganhar um caráter honroso apenas por volta de 1870 nos textos literários, na obra em questão, escrita no fim da segunda metade do século XIX, em nenhum momento o autor emprega a palavra para designar o morador do sul. Usa sim a palavra *Rio-Grandense*, grifada com iniciais maiúsculas, ou como sinônimo a expressão *monarca das coxilhas* – demonstrando a soberania deste indivíduo. Logo, gaúcho não é sinônimo de rio-grandense, pelo menos nesse período, ou seja, não havia ainda sido criada uma identidade que sintetizasse (mesmo com alguns elementos que nunca existiu) e representasse o povo hoje conhecido como gaúcho. Aqui, o ser social rio-grandense não tinha se transformado no ser cultural gaúcho, mas Caldre e Fião tentou apresentar um homem cheio de virtudes como o típico habitante de sua terra natal.

O personagem Almênio consiste, pois, como modelo de definição do legítimo representante do homem do sul, como se percebe nas palavras: “...Almênio era Rio-Grandense...” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 29). Assim, analisando seu caráter e todas as qualidades que o autor confere a ele, e contrapondo com o personagem Francisco (o vilão da história, corrompido pelos vícios), é traçada a imagem que Caldre e Fião fabrica sobre seus conterrâneos. Trazendo no texto a representação de uma cultura local baseada na valorização do trabalhador das estâncias que leva uma vida austera, difícil e cristã. Contudo, este Rio-Grandense inclui em seu caráter aspectos tipicamente urbanos, isto é,

Almênio aparece como uma pessoa elegante, instruída e, claro, morador da cidade de Porto Alegre.

Também alinhei as concepções de Benedict Anderson a respeito do nacionalismo, que trata como uma construção sócio-cultural imaginada e, portanto, ele que criou o conceito de nacionalismo, sendo que memória e identidade são fundamentais na elaboração das nações, com os conceitos de “representação” e “imaginário social” para a construção da identidade gaúcha. E nesse processo, o romantismo teve grande importância na criação de estruturas que fossem identificadas com o povo, difundindo a ideologia. Eis que o romance histórico participa como um dos protagonistas na invenção das nações. E a figura do gaúcho, que n’*A Divina Pastora* é o Rio-Grandense, surge através das palavras de escritores urbanos rio-grandenses ou da Corte.

Paradoxalmente derrotado, o gaúcho permitia-se que lhe dessem voz, e prosperou a literatura gauchesca na Argentina, Uruguai e mais tarde no Rio Grande do Sul. Uma imensa gama de intelectuais – todos urbanos, é bom salientar – trataram de resgatar a cultura do homem do campo e atribuir-lhes qualidades fundadoras dos novos países, como coragem, altaneria, franqueza, amor à liberdade; dos grandes centros urbanos europeizados e oligárquicos vinham as homenagens plebe da campanha, submetida à ordem econômica e política, recriando o gaúcho que não existia mais. (GUAZZELLI, 2002, p. 108)

Portanto, já que as representações feitas da realidade as substituem, como afirma Ginzbrug, então, as representações sobre a identidade se colocam sobre a “identidade real”. Isto é, as representações realizadas no sentido de captar a identidade de um grupo social, por serem abstrações e, dessa forma, não serem cópias do mundo material, apresentam discrepâncias com a verdade deste – até porque, a definição da identidade de uma sociedade tem o sentido de homogeneizar a diversidade dos grupos, colocando-os sob uma figura simbólica única. Assim, as representações coletivas elaboram o imaginário social, o qual toma por verdade essa identidade alterada, passando a compor o mundo simbólico em que a sociedade vive e, logo, não importando a ocorrência desta alteração.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

### Fonte Primária:

CALDRE E FIÃO, José Antônio do Vale. **A Divina Pastora**. Porto Alegre: RBS, 2ª Ed., 1992.

### Fontes Secundárias:

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1989.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o Triunfo do Aveso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Porto Alegre: PPG História UFRGS (dissertação), 2006.

GINZBUR, Carlo. **Olhos de Madeira: novas reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Fatos que realmente aconteceram? Considerações sobre história e literatura**. In.: História e ideologia : perspectivas e debates. Porto Alegre: Ed. da UPF, p. 369-384, 2009.

\_\_\_\_\_. **Matrero, Guerreiro e Peão Campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho**. In.: Fronteiras Culturais. São Paulo: Atlie,p. 107-125, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões provinciais no rio da Prata**. In.: Capítulos da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 91-119, 2004.

GUILHERMO, Cesar. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Rd. Globo, 2ª edição, 1971.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Literatura, História e Identidade Nacional**. In.: Vidya. Santa Maria Vol. 19, n. 33, p. 9-27, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 6ª Ed., 1992.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª Ed., 2005.

\_\_\_\_\_ **A Invenção da Sociedade Gaúcha.** In.: Ensaaios FEE. Porto Alegre: Vol. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.

\_\_\_\_\_ **Fronteiras da História: uma leitura sensível do tempo.** In.: Fronteiras do Pensamento: retratos de um mundo complexo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, p. 179-190, 2008.

RAMOS, Flávio Pestana. **História e Literatura: ficção e veracidade.** In.: Domínios da Linguagem II, 2003.